

SECRETARIA-GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

EDITAL DE LICITAÇÃO SEI Nº 2142219/2025/CPL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

Tipo: Menor Preço

Unidade Compradora (UASG) 925040

O Ministério Público do Estado de Rondônia, doravante denominado MPRO, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 19.25.110001003.0002891/2025-28 e através do seu pregoeiro e equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 730/2023-PGJ, datada de 10/05/2023, torna público aos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO, com AMPLA PARTICIPAÇÃO, objetivando a **contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para cobertura da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia.**

## 1 DISPOSITIVOS LEGAIS

1.1 O presente procedimento licitatório será regido pela Lei Complementar nº 123, de 2006, Leis Federais nº 14.133, de 2021 e 12.846, de 2013, bem como, pela Lei Estadual nº 2.414, de 2011, pela Resolução nº 22, de 2023-PGJ, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022, subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874, de 2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e legislações pertinentes.

## 2 DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Esta licitação será realizada em sessão pública, por meio de recursos da Tecnologia da Informação – INTERNET, utilizando-se de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, integrante do quadro efetivo deste Órgão, designado por ato interno, denominado pregoeiro, e membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo Comprasnet – SIASG, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, gerenciadora do Sistema, constante da página do [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

## 3 OBJETO

3.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para cobertura da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia, conforme solicitação contida no Processo Administrativo citado acima, descritos e qualificados na forma do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

3.2 Os resultados desta licitação serão divulgados nos portais eletrônicos do MPRO ([www.mpro.mp.br](http://www.mpro.mp.br)) e do Comprasnet – SIASG ([Compras.gov.br](http://Compras.gov.br)).

## 4 REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE DISPUTA

4.1 A sessão pública desta licitação será aberta com a abertura das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, de acordo com o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminado:

**Endereço eletrônico:** [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), Comprasnet – SIASG.

4.2 Abertura da sessão pública: às **9h30 do dia 17 de setembro de 2025** (horário de Brasília - DF).

4.3 A licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e o horário limite para o recebimento de proposta e documentos e a abertura da sessão pública, bem como para o início da disputa.

4.4 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

## 5 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da execução do presente Processo Licitatório correrão pelo Programa de Trabalho nº 29.012.03.122.1280.2002, Natureza de Despesa nº 33.90.39.69.

## 6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

6.2 Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não será aplicado o critério de exclusividade de contratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), previsto no art. 48, inciso I, da referida Lei Complementar, visto que o valor desta contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assim, todos os itens do ANEXO I deste Edital são de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a ME e EPP, previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3 Não poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas:

a) que possuam ramo de atividade registrado no ato constitutivo incompatível com o objeto desta licitação;

- b) constituídas sob a forma de sociedades cooperativas;
- c) que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com impedimento de licitar e contratar por órgão da Administração Pública do Estado de Rondônia, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- f) estrangeiras que não funcionem no País;
- g) que tenham como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes do MPRO devendo apresentar a declaração a esse respeito, de acordo com a Resolução nº 22/2023-PGJ (modelo de declaração no ANEXO III deste Edital);
- h) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenham sido condenadas judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.3.1 Nesta licitação, não poderão usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006 as empresas enquadradas como ME/EPP que, no corrente ano, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (R\$ 4.800.000,00), devendo a licitante apresentar declaração de observância desse limite junto com a proposta.

6.5 Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação ou do fornecimento de bens e serviços a ela necessários, servidor ou dirigente do MPRO.

6.5.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o servidor ou dirigente e a licitante ou responsável pelos serviços, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

6.5.2 O disposto no subitem anterior aplica-se ao pregoeiro e aos membros da equipe de apoio.

6.6 Somente poderão participar desta licitação empresas cujas inscrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF – estiverem em plena validade, nos termos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

## 7 DO CREDENCIAMENTO

7.1 Para a utilização do sistema eletrônico, o interessado deverá acessar o site [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br) e se cadastrar no SICAF, conforme estabelecido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para obter chave de identificação e senha pessoal para que o fornecedor participe de Pregões e Cotações Eletrônicas realizadas pelo sistema do [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br).

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

7.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes à licitação.

7.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao MPRO responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5 A perda da senha ou quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio do acesso.

7.6 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 8 DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), os licitantes deverão encaminhar suas propostas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2 A proposta deverá conter as informações necessárias, no espaço reservado pelo sistema eletrônico, dos objetos ofertados nos termos especificados por este Edital e o preço representativo do valor dos itens, nos moldes do contido no sistema eletrônico.

8.3 Não serão aceitas propostas que, mesmo após a realização de diligências, permaneçam em desconformidade com as regras definidas neste Edital.

8.4 O prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos a contar da data de sua apresentação. Esse prazo ficará suspenso pela interposição de recurso.

8.5 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.6 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, que não tenham sido objeto de desclassificação no julgamento das propostas, por caracterizarem preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o fornecimento ser realizado sem ônus adicionais.

8.7 Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer, que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

8.8 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o Processo Licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.9 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances inseridos durante a sessão pública, assim como as declarações de que tratam este Edital.

8.10 Não serão aceitos pedidos de desistência de propostas, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.11 A participação na licitação dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento das propostas de preços que ocorrerá até a data da abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.12 A proposta de preço da licitante melhor classificado, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada por meio do sistema eletrônico, em campo próprio, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, atualizada em conformidade com os lances eventualmente**

ofertados. A critério do pregoeiro, poderá ser solicitada cópia autenticada ou originais dos documentos enviados, a serem encaminhados no prazo máximo de 03 (três) dias. Havendo qualquer fato que impeça o envio de documentos pelo sistema eletrônico, os mesmos poderão ser enviados no e-mail [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br).

8.13 Os prazos contidos no subitem 8.12 serão aplicados, da mesma forma, aos documentos de habilitação da empresa melhor classificada após a fase de lances, quando solicitados na fase de habilitação.

8.14 O prazo máximo de duas horas, previsto no subitem 8.12 deste Edital, será aplicado aos documentos complementares necessários ao julgamento da proposta e à habilitação, quando solicitados após a fase de lances. Esse mesmo prazo se aplica para a apresentação de documentos necessários à demonstração da exequibilidade da proposta, quando solicitados.

8.15 Passado o prazo de convocação previsto no subitem 8.12 acima (máximo 02 horas), a licitante que, convocada, não apresentar a proposta comercial atualizada, bem como, os documentos de habilitação e eventuais documentos solicitados para complementar a proposta ou a habilitação, será desclassificada ou inabilitada, conforme o caso.

8.16 O envio antecipado de documentos de habilitação pela licitante, por ocasião da fase de julgamento de propostas, não será considerado como antecipação ou cumprimento da fase de habilitação. A fase de habilitação será analisada exclusivamente após o encerramento do julgamento das propostas e seguirá os critérios definidos neste Edital, independentemente do envio prévio de qualquer documento.

8.17 Havendo o envio antecipado de documentos de habilitação, o pregoeiro poderá solicitar, na fase de habilitação, quaisquer documentos que estejam faltando ou que necessitem de complementação ou atualização.

## 9 DO PROCEDIMENTO, DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 A partir do horário previsto no subitem 4.2 deste Edital, terá início a sessão pública, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas e efetuar a sua classificação.

9.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

9.2.1 Os lances deverão ser formulados em relação ao preço ofertado para cada item desta licitação. O sistema efetuará a classificação final considerando o MENOR PREÇO, conforme o critério de julgamento previsto neste Edital.

9.3 A licitante poderá oferecer lance superior ao menor lance registrado, desde que inferior ao último ofertado por ele.

9.4 Na fase de julgamento das propostas, será observada a classificação determinada pelo sistema eletrônico.

9.5 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

9.5.1 Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via *chat*, às licitantes, mas essas só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

9.6 Caso haja desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes.

9.8 **Esta licitação será processada pelo modo de disputa ABERTO**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, **com intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.8.1 No modo de disputa de que trata este subitem, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.

9.8.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.8.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema eletrônico ordenará e divulgará os lances.

9.8.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.9 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 28 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

9.10 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, a fim de que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas estabelecidas neste Edital.

9.10.1 A negociação será executada por meio do sistema eletrônico, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.11 Se a proposta ou lance de menor valor ofertado não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.12 Caso não sejam apresentados lances, serão aplicados os critérios de desempate previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.13 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro efetuará consulta no SICAF a fim de verificar os documentos por ele abrangidos e a validade das certidões necessárias à habilitação, e, caso a empresa apresente pendências no referido cadastro, será analisada a documentação enviada via sistema eletrônico.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão solicitados à empresa e deverão ser enviados no prazo previsto no subitem 8.12 deste Edital.

9.14 Quando for o caso, o envio postal da proposta e da documentação de habilitação, em original ou autenticada, deverá ser em envelope lacrado, contendo no frontispício os seguintes dizeres:

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

9.15 Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 – DA HABILITAÇÃO deste Edital.

9.16 Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, a licitante assume que o objeto ofertado deverá atender às especificações constantes do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

9.17 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

9.18 Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo no caso de erro para mais e posterior desclassificação, qualquer recurso, nem tampouco, em caso de erro para menos, eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.

## 10 DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

10.1 A proposta de preços atualizada, a ser enviada após a etapa de lances, deverá ser apresentada, preferencialmente, na forma do ANEXO II deste Edital, com a identificação da licitante, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, constando, obrigatoriamente:

a) indicação do nome ou razão social da licitante, número do CPF/CNPJ, endereço completo, telefone, fax, banco, agência, conta, responsável com CPF e endereço eletrônico de correspondência (e-mail ou outra forma), para contato;

b) prazo de pagamento de até 20 (vinte) dias úteis, após entrega total e definitiva da documentação necessária para liquidação, na forma do item 16 – DO PAGAMENTO, deste Edital;

c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data da sua apresentação;

d) dados do representante legal (nome, número de identidade e do CPF), com poderes específicos para assinar o termo de compromisso/contrato, conforme minuta anexa a este Edital;

e) preço fixo e irrevogável;

f) declaração de que, no corrente ano, não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP (art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021), caso a empresa se enquadre na condição de ME/EPP;

g) declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

10.1.2 Os modelos de declaração prevista nas letras “f” e “g” constam no ANEXO II (modelo de proposta comercial) deste Edital.

10.1.3 A falta de declaração prevista na letra “g” deste subitem poderá acarretar a desclassificação da licitante, nos termos previstos no art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.4 Erros no preenchimento da proposta e/ou planilhas de custos não serão motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a proposta e/ou planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.1.5 O descumprimento do previsto neste item 10.1 e seus subitens não acarretará a desclassificação imediata de propostas, sendo facultado ao pregoeiro realizar diligência junto à licitante para solicitar as adequações necessárias e a apresentação dos respectivos documentos faltantes e/ou complementares.

10.2 A licitante poderá incluir em sua proposta, dados de caráter exclusivamente técnicos sobre o objeto ofertado, bem como informações que não constem em seu catálogo, entretanto necessárias ao julgamento objetivo, conforme especificações do serviço ou do material solicitado.

10.3 A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.4 Não será aceita cobrança posterior de qualquer tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da lei.

10.5 Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais e parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do fornecimento do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária, neste caso, a licitante.

10.6 A licitante melhor classificada, A CRITÉRIO DO PREGOEIRO, poderá ser convocado a apresentar no prazo previamente estipulado, durante a sessão pública virtual, MAIORES INFORMAÇÕES sobre o objeto ofertado ou sobre a documentação apresentada. A empresa que não apresentar as informações dentro do prazo solicitado poderá ser desclassificada.

10.6.1 Quando solicitados, **os documentos com informações da(s) licitante(s) melhor classificada(s) serão encaminhadas pelo sistema eletrônico ou, quando se tratar de objeto físico, ao Ministério Público do Estado de Rondônia**, CNPJ nº 04.381.083/0001-67, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no endereço constante no subitem 14.9 deste Edital.

10.6.2 Caso a empresa convocada não entregue as informações, atrase a entrega sem justificativa aceita pelo pregoeiro ou, ainda, as entregue em desacordo com o que for solicitado, terá sua proposta desclassificada quando, então, será facultado ao MPRO convocar outra(s) empresa(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação de maiores informações para verificação, sem afetar a aplicação de penalidades decorrente da sua ação ou omissão.

10.6.3 As eventuais despesas com o envio das informações previstas neste subitem deverão ser suportadas pela própria licitante interessada.

10.7 Observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, o pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do

recebimento da convocação.

10.8 Caso exista algum fato que impeça a participação de alguma licitante, ou esta tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, ela será desclassificada do certame, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## 11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste Edital.

11.2 Para habilitação nesta licitação será exigida a seguinte documentação:

### 11.2.1 **Habilitação Jurídica:**

a) Cédula de Identidade e CPF do representante da empresa;

b) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto desta licitação, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da junta Comercial para substituir o contrato social;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 11.2.2 **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro e Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.2.2.1 Para efeito de comprovação de regularidade fiscal, social e trabalhista será admitida certidão positiva com efeito de negativa.

11.2.2.2 Durante a análise dos documentos de habilitação, se detectada(s) certidão(ões) de regularidade fiscal, social e trabalhista vencida(s), o pregoeiro realizará consulta na internet para obtenção de certidão(ões) atualizada(s).

### 11.2.3 **Qualificação Econômico-Financeira:**

11.2.3.1 Conforme as disposições do item 8.2.4 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital, a licitante deve apresentar, para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, os seguintes documentos:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;

a.1 a licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101, de 2005;

a.2 a licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação;

a.3 Caso a licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, ela será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica;

b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais (ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme definido na letra c.1 abaixo (índices de liquidez e solvência ou patrimônio líquido), assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório. Observe que os balanços poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade. Por “na forma da lei” entende-se o seguinte:

- **Quando S.A.:** balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

- **Quando outra forma societária:** balanço patrimonial devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (art. 1.179) e Instrução Normativa nº 82, de 2021, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

c) O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:

c.1 Índice de Liquidez

c.1.1 Liquidez Corrente: Este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos. O ideal é que este quociente seja superior a 1 (um inteiro). Quando for igual ou superior a 1 (um inteiro), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se numa situação de insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1.2 Índice de Liquidez Geral: Este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos. Quando este quociente for igual ou

superior a 1 (um inteiro) poder-se-á afirmar, em princípio, que a se entidade encontra satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro. Por outro lado, quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

c.1.3 Índice de Solvência Geral: Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R\$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R\$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

c.1.4 Na aplicação das fórmulas anteriormente mencionadas não será habilitada a empresa que:

c.1.4.1 apresentar Índice de Liquidez Geral inferior a 1 (um inteiro);

c.1.4.2 apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1 (um inteiro);

c.1.4.3 apresentar Índice de Solvência Geral inferior a 1 (um inteiro);

c.1.5 As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um inteiro) em qualquer dos índices previstos na letra c.1.4 acima, deverão comprovar possuir patrimônio líquido mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme determinação prevista no art. 69, § 4º da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de inabilitação.

c.1.6 As empresas com menos de dois exercícios financeiros devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

c.1.7 No caso da licitante classificada em mais de um item ou grupo de itens, o aferimento do cumprimento das disposições acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias dos itens ou grupos que a empresa estiver disputando.

c.1.8 Para fins de habilitação econômico-financeira, serão considerados os índices contábeis ou patrimônio líquido, conforme o caso, do último Balanço Patrimonial levantado.

11.2.3.3 As participantes declarantes ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de habilitação, inclusive os documentos de regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, caso em que, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração de vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração (conforme artigo 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006).

11.2.3.3.1 A não comprovação da regularidade fiscal até o final do prazo estabelecido implicará na decadência do direito de contratação, sendo facultado ao MPRO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

11.2.3.4 Os documentos descritos nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 deste Edital serão substituídos pelo SICAF, caso as empresas o possuam e este esteja em situação plenamente legal quanto à validade dos documentos na data da realização da sessão.

11.2.3.4.1 Exceção feita à certidão exigida na letra “F” do subitem 11.2.2, pois ainda que a informação conste do SICAF ou a própria licitante apresente certidão, o pregoeiro efetuará consulta para emissão de certidão atualizada no momento da habilitação.

#### 11.2.4 Qualificação técnica:

a) Apresentar 01 (um) Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na prestação de serviços de seguro veicular, abrangendo, no mínimo, a cobertura de 50 (cinquenta) veículos;

a1) O atestado deverá conter informações que permitam a verificação da compatibilidade entre o objeto já executado e o objeto licitado.

**Justificativa:** A fixação do quantitativo de 50 (cinquenta) veículos justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante detenha capacidade técnica e operacional compatível com a frota atual do órgão (121 veículos), garantindo a adequada execução do contrato, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame.

**b) Comprovar autorização para funcionamento nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.**

#### 11.2.6 Declarações:

11.2.6.1 São de preenchimento obrigatório no sistema eletrônico Compras.gov as seguintes declarações:

a) declaração de ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e que concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

b) declaração de que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;

c) declaração de que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

d) declaração de que inexistente impedimento à habilitação e de que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

e) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) declaração de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

g) declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

g) declaração de observância aos incisos III e IV do art. 1º e que cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que

veda o tratamento desumano ou degradante;

h) declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

11.2.6.2 Além do preenchimento obrigatório das declarações constantes do sistema eletrônico Compras.gov, a licitante deve apresentar as seguintes declarações junto com os documentos de habilitação (modelos no ANEXO III deste Edital):

a) declaração de cumprimento da Resolução nº 22/2023–PGJ;

### 11.3 Impedimentos e Suspensões:

11.3.1 A existência de qualquer impedimento ou suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual de Rondônia ou declaração de inidoneidade, será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Portal da Transparência do Governo Federal <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ – Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

c) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual (Portal da Transparência do Estado de Rondônia (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

e) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

11.4 Todos os documentos exigidos poderão ser apresentados por meio de cópias, podendo ser solicitada oportunamente a comprovação de sua autenticidade. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, conforme art. 12, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.5 A documentação exigida deverá ter validade no mínimo até a data prevista para a sessão pública virtual, observado o disposto no art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo de validade é o seguinte à sua emissão).

11.6 A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Federais, Estaduais, Municipais, Certidão de Negativa de Débito Trabalhista, e outras solicitadas no Edital para fins de habilitação) e qualificação exigida na licitação.

## 12 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

12.1 O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério tipo MENOR PREÇO POR ITEM, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

12.1.1 O pregoeiro, conjuntamente com o setor requisitante, verificará a(s) proposta(s) apresentada(s), e desclassificará, motivadamente, aquela(s) que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

12.1.2 Não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos constantes no ANEXO I – Planilha de Preços Máximos deste Edital.

### 12.2 Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atendam às exigências deste Edital e seus Anexos ou que apresentem dispositivos contrários à lei e à regulamentação vigente;

b) que contiverem preço condicionado a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

c) que forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseados nas ofertas de outras licitantes;

d) que ofertem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles irrisórios ou de valor zero, ou que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos serviços são coerentes com os de mercado;

e) que apresentem proposta alternativa;

f) cuja empresa convocada não apresente as informações complementares fora do prazo estipulado.

12.3 O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado, conforme estimativa de preços do MPRO.

12.4 No caso de divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.

12.5 O desatendimento de exigências formais, sendo estas não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, sempre assegurando a todas as licitantes a paridade de tratamento neste aspecto.

12.6 O pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos abaixo:

a) o pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado pela licitante melhor classificado, analisando os preços praticados para essa espécie de contratação no âmbito da Administração Pública e as condições atuais de mercado, de acordo com as informações constantes dos autos. Não sendo aceito, o pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, encaminhará contraproposta objetivando a redução do valor ofertado;

b) o pregoeiro poderá solicitar a comprovação documental idônea da exequibilidade da proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero (exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração) ou com grande disparidade entre o valor ofertado e aquele estimado pela Administração;

c) as causas de oscilações de mercado que provoquem a diminuição do percentual de descontos deverão ser comprovadas pela licitante interessada, ainda na fase de negociação com o pregoeiro;

d) não sendo compatível o preço e havendo recusa de contraproposta, por parte da licitante, o pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção de preço julgado aceitável.

## 13 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o Processo Licitatório será encaminhado à autoridade

superior para adjudicação do objeto e a homologação do presente certame.

#### **14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS**

14.1 Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, encaminhando seus questionamentos ao e-mail [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br), dirigido ao pregoeiro.

14.1.1 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será processada e julgada na forma e no prazo previsto no parágrafo único do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.

14.2 A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

14.3 Dos atos do pregoeiro neste Processo Licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão, mediante registro de intenção de recorrer. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia da licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, nos formulários próprios.

14.4 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, no prazo de até 10 (dez) minutos, conforme previsão do art. 40 da Instrução Normativa nº 73/2022.

14.5 Recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.6 O acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.7 Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao pregoeiro que, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, submeterá o recurso, devidamente instruído, à consideração da autoridade superior competente, que proferirá decisão definitiva no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

14.8 Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados fora do sistema eletrônico.

14.9 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no edifício sede do Ministério Público do Estado de Rondônia, na rua Jarmy, nº 1555, Torre II, 2º andar, sala 208, bairro Olaria, CEP 76.801-917, telefone (0xx69) 3216-3853/3969/3974, na cidade de Porto Velho – RO.

#### **15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

15.1 Para a execução do objeto previsto neste Edital a licitante vencedora da licitação deverá observar e cumprir todas as condições, procedimentos, prazos e demais exigências previstas no ANEXO V – Termo de Referência deste Edital e no futuro contrato.

15.2 A não observância do subitem 15.1 sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis conforme a legislação vigente.

#### **16 DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

16.1 Os procedimentos de liquidação e pagamento observarão as disposições dos itens 7.2 e 7.3 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

16.2 As certidões exigidas para fins de liquidação e pagamento poderão ser consultadas pelo MPRO, por meio da internet, bem como, serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

16.3 A lista de documentos exigidos para liquidação e pagamento poderá ser alterada a qualquer momento em caso de alteração da legislação ou necessidade da fiscalização do contrato.

16.4 Caso a Contratada se encontre pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a Administração poderá rescindir o contrato.

16.5 A Contratada fica obrigada a consignar o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - 04.801.221/0001-10) na Nota Fiscal eletrônica (NF-e), conforme exigência da Lei Estadual nº 3.490, de 2014.

16.5.1 A inscrição do CNPJ do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia pode ser incluída no campo "Observações" ou "Dados Adicionais/Informações Complementares" da Nota Fiscal.

#### **17 DA VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

17.1 A vigência do Contrato observará o prazo definido no item 6.4 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

17.2 O contrato poderá ser extinto na forma e na ocorrência das hipóteses previstas no item 6.6 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

#### **18 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da respectiva intimação (arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.2 Pela prática de infrações administrativas, o MPRO poderá, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à licitante ou contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3 A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.4 No caso de atraso injustificado na execução dos serviços e/ou a prática de quaisquer infrações, o MPRO poderá, garantida ampla defesa e o contraditório, aplicar multas à contratada, na forma prevista no item 11 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

18.5 A multa, quando aplicada “por dia de atraso”, limitar-se-á a 30 (trinta) dias. Ultrapassados trinta dias de atraso, a Administração poderá rescindir o contrato.



18.6 A licitante ou a contratada que der causa à inexecução total do contrato; à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, não entregar a documentação exigida neste Edital, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital e cominações legais aplicáveis.

18.7 A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do MPRO, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao MPRO ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da contratada penalizado de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- e) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MPRO, em virtude de atos ilícitos praticados;
- f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do MPRO;
- g) houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133, de 2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPRO após a assinatura do contrato;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.7.1 A declaração de inidoneidade também será aplicada na ocorrência das infrações previstas no subitem 18.6 deste Edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

18.7.2 A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.8 As sanções estabelecidas nas letras “a”, “b” e “c” do subitem 18.2 deste Edital são da competência do Secretário-Geral do MPRO.

18.9 A sanção estabelecida na letra “d” do subitem 18.2 deste Edital é da competência do Procurador-Geral do MPRO, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da abertura de vista.

18.10 A aplicação das sanções previstas nas letras “c” e “d” do subitem 18.2 deste Edital requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.10.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a licitante ou contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

18.10.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

18.11 É admitida a reabilitação da licitante ou contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

18.11.1 A sanção aplicada por apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou por prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013, exigirá, como condição de reabilitação da licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

18.12 As sanções de multa podem ser aplicadas juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

18.13 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da contratada o valor devido será abatido da garantia, quando houver. Sendo a garantia insuficiente, o valor será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

18.14 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

18.15 Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414, de 2011.

## **19 DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

19.1 Reserva-se o MPRO o direito de revogar o presente Processo Licitatório, em razão de interesse público, decorrente de fato superveniente relacionado ao objeto licitado.

19.2 A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, pela simples constatação de fato superveniente, no caso de surgimento de vícios insanáveis, fato que não gerará direito à indenização, salvo se verificada a hipótese do art. 149, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **20 DAS OBRIGAÇÕES**

20.1 Além das obrigações previstas no ANEXO V deste Edital, **a empresa vencedora obriga-se a:**

20.1.1 Refazer ou substituir, às suas expensas, o serviço ou o material que for entregue em desacordo ao firmado no contrato.

20.1.2 Obedecer às discriminações estabelecidas nas especificações de cada item.

20.1.3 Responsabilizar-se por todo o processo logístico e operacional decorrente da execução do objeto ofertado, sem nenhum ônus adicional para o MPRO.

20.1.4 Garantir a qualidade dos bens e serviços fornecidos, sob pena de sofrer rejeição ou troca em caso de descumprimento às especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

20.1.5 Responsabilizar-se por eventuais danos ou acidentes causados, direta ou indiretamente, ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes, empregados, prepostos e/ou fornecedores em virtude do objeto ofertado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento pelo MPRO.

20.1.6 Comunicar ao MPRO, antes de expirado o prazo de execução, anexando documentação comprobatória, a ocorrência de casos fortuitos prejudiciais à execução do objeto.

20.1.7 Incluir na proposta apresentada todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de qualquer imposto, taxa, contribuições, fretes e obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito, e percentuais de descontos concedidos.

20.1.8 Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas e apresentadas na assinatura do instrumento contratual.

20.1.9 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidades a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

20.1.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.1.10.1 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.1.11 Não empregar em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de dezoito anos, e em qualquer trabalho, menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

20.1.12 Realizar seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

20.1.13 Cumprir outras obrigações constantes do contrato.

20.2 A Contratada não será responsável:

20.2.1 Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior.

20.2.2 Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste Edital.

20.3 Além das obrigações previstas no ANEXO V deste Edital, **o MPRO obriga-se a:**

20.3.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da contratada às dependências do MPRO.

20.3.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado.

20.3.3 Fornecer Atestados de Capacidade Técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

20.3.4 Receber pedidos de prorrogação de prazo, desde que, encaminhados à Secretaria-Geral e solicitados com, pelo menos, 10 (dez) dias do vencimento do prazo de entrega do objeto, ou seja, com tempo hábil a sua análise e deliberação.

20.3.5 Aceitar pedidos de prorrogação devidamente documentados, onde constem motivos para o mesmo e com documentos hábeis a comprovar a necessidade de tais pedidos.

20.3.6 Enviar as notas de empenho ou ordem de serviço por qualquer meio eletrônico, ou pessoalmente, conforme o caso, onde estará registrado o telefone utilizado, nome da licitante e o funcionário que efetuou o recebimento. A partir disto, inicia-se o prazo de entrega do objeto licitado.

## **21 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

21.1 Os procedimentos relativos a acréscimos e supressões observarão as disposições do item 6.4.1 do ANEXO V – Termo de Referência/Projeto Básico deste Edital.

## **22 DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

22.1 Os procedimentos relativos ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato observarão as disposições do item 6.5 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

## **23 DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA**

23.1 Fica a contratada obrigada a prestar garantia, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, em uma das modalidades previstas no § 1º do citado artigo, ficando retida até o término dos serviços.

23.2 Caberá à contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

23.2.1 Caso opte por uma das modalidades previstas nas letras “a” e “c” do subitem anterior, a contratada deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do Contrato.

23.2.2 Caso opte pela modalidade prevista na letra “b” do subitem anterior, a licitante vencedora deverá prestar a respectiva garantia no prazo de 01 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, conforme previsto no art. 96, § 3º, da Lei nº 14.133, de

2021.

23.3 Demais disposições relativas à prestação da garantia constam do item 4.7 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

## **24 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

24.1 Os procedimentos de gestão e fiscalização observarão as disposições do item 6.10 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

## **25 DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

25.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), conforme as disposições do item 12 do ANEXO V – Termo de Referência deste Edital.

25.2 A Contratada deverá assinar e entregar ao MPRO, após celebração do Contrato, Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, conforme modelo apresentado no ANEXO IV deste Edital.

## **26 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

26.1 Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial ou econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.

26.2 A participação da licitante no certame e a apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital e seus Anexos.

26.3 Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

26.4 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o MPRO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

26.5 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a extinção do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

26.6 É facultado ao pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

26.7 As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

26.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

26.9 As decisões referentes a este Processo Licitatório poderão ser comunicadas às licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia.

26.10 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo pregoeiro com base na legislação vigente.

26.11 Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário, ou seja, quando contiver expressamente outra forma de contagem ou ainda a expressão “dias úteis”. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no MPRO.

26.12 Fica designado o foro da cidade de Porto Velho, Capital de Rondônia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26.13 Quaisquer dúvidas surgidas quanto a este Processo Licitatório poderão ser sanadas pelos telefones 0-xx-69-3216-3853/3216-3969 ou pelo e-mail: [cpl@mpro.mp.br](mailto:cpl@mpro.mp.br).

26.14 Esta licitação é condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da vinculação ao Edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, e aos que lhes são correlatos.

26.15 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

26.16 Os participantes de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido na legislação aplicável, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

26.17 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários e endereço eletrônico, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

## **27 ANEXOS DO EDITAL**

27.1 Constituem Anexos deste Edital, e com ele serão publicados, os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Planilha de Preços Máximos;
- b) ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial;
- c) ANEXO III – Modelos de Declaração;
- d) ANEXO IV – Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo;
- e) ANEXO V – Termo de Referência (2141788);
- f) ANEXO VI – Minuta do Contrato. (2141097)

*(Assinado eletronicamente)*

Jarbas Sampaio Cordeiro

**Promotor de Justiça**  
**Secretário-Geral em substituição**

**ANEXO I - Planilha de Preços Máximos**

Processo Licitatório nº 26/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

ITEM					
Item	Descrição	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	<p><b>a) Descrição detalhada</b></p> <p>Perda parcial do veículo: 100% FIPE</p> <p>Indenização integral: 100% FIPE</p> <p>Danos Materiais a Terceiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>Danos Corporais a Terceiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>Acidentes pessoais por passageiros (morte, invalidez, despesas médico-hospitalares): R\$100.000,00 (Cem mil reais). O valor da cobertura securitária de que trata este item, é individualizado, ou seja, no caso da ocorrência de um dos eventos morte, invalidez, despesas médico-hospitalares não será fracionado por esses itens. Portanto, será pago de forma integral e não cumulativo, se apenas sobrevier um destes eventos; ou, no caso de ocorrer mais de uma das situações ou todas concomitantemente, no mesmo sinistro, o pagamento será o valor previsto de forma integral.</p> <p><b>b) Coberturas</b></p> <p>Valor segurado: 100% da tabela FIPE;</p> <p>Cobertura: Compreensiva;</p> <p>Franquia Obrigatória: valor máximo não superior a 4,0 % do valor do bem (tabela FIPE) para as SUVs, VANs e utilitários e valor máximo não superior a 5,0 % do valor do bem (tabela FIPE) para os demais veículos;</p> <p>Coberturas de vidros (para-brisas, vidros laterais e traseiros, faróis, lanternas, retrovisores);</p> <p>Detalhamento de coberturas:</p> <p>a) Danos materiais a terceiros R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>b) Danos corporais a terceiros R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>c) Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>d) Acidentes pessoais por passageiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>e) Morte ou invalidez por passageiro e/ou motorista: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>f) Nível de Blindagem: Nível III-A - NIJ Valor da Blindagem: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);</p> <p>g) Assistência 24 horas;</p> <p>h) Os valores referente aos pagamentos de franquia serão pagas pelo MP-RO à seguradora, que, por sua vez, realizará o repasse às empresas conveniadas;</p> <p>i) Cláusulas de proteção a vidros;</p> <p>j) As liberações de sinistros junto as empresas conveniadas,</p>	Und	01	R\$ 280.000,00	<b>RS 280.000,00</b>

relacionados a assistências de menor valor, como para-brisas, vidros laterais e traseiros, faróis, lanternas, deverá ter o prazo máximo de 03 (três) dias úteis; k) Serviço de guincho limitado a 800 quilômetros; l) Riscos inerentes como incêndios e fenômenos da natureza; m) Roubo e furto; colisão; abalroamento; capotagem; queda de precipícios e de pontes; queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; terremoto; submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos, bem como cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro.				
Valor Total				R\$ 280.000,00

OBSERVAÇÕES:

- 1 Para todos os itens ofertados devem estar inclusos nos preços os custos de mão de obra para realização dos serviços.
- 2 Em caso de divergência entre as especificações deste Edital e do sistema eletrônico (Compras.gov), prevalece o que consta deste Edital.
- 3 Poderá ser solicitada a demonstração de exequibilidade da proposta, conforme autoriza o artigo 59, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4 **IMPORTANTE:** Ficar atento a comprovação de “Qualificação técnica”, destaque para o seguinte documento: “Comprovar autorização para funcionamento nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. (Item 11.2.4 “b”)”

ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta Comercial

Processo Licitatório nº 26/2025  
Pregão Eletrônico nº 90020/2025

ITEM						
Item	Especificação	Marca/Modelo/Referência	Unid	Quant	Valor Unitário	Valor Total
	Especificação completa do objeto ofertado					
Valor Total						

Razão Social da Licitante:

CNPJ nº :

Endereço:

Prazo de pagamento: Até 20 (vinte) dias úteis, após entrega total e definitiva da documentação necessária para liquidação.

Dados bancários para pagamento:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias a contar da data de apresentação.

Nome do representante que assinará o contrato:

CPF nº :

RG nº :

Telefone Celular/Comercial:

E-mail:

Data de apresentação da proposta:

Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos,  
Edital de licitação 2142219 SEI 19.25.110001003.0002891/2025-28 / pg. 13

contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da licitante eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.

Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

Declaro ainda, que no corrente ano, não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte - EPP. (caso a empresa seja ME/EPP)

---

**Assinatura do representante legal**

**OBS:**

**1** A proposta de preços deverá conter identificação da licitante, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, em estrita observância às especificações contidas neste Edital.

**2** Os preços unitários e totais deverão ser cotados com apenas DUAS casas decimais, sendo as demais desprezadas (ou seja, o arredondamento será sempre para baixo), em algarismos e por extenso, em moeda nacional.

**3** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens e demais despesas inerentes, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

**4** Poderá ser solicitada a demonstração de exequibilidade da proposta, conforme autoriza o artigo 59, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**ANEXO III – Modelos de Declaração**

Processo Licitatório nº 26/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO nº 22/2023–PGJ**

Ao Ministério Público do Estado de Rondônia

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90020/2025 – Processo Licitatório nº 26/2025

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

A empresa (nome da empresa \_\_\_\_\_), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo \_\_\_\_\_), por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins requeridos na Resolução nº 22/2023–PGJ, que não possui como sócios, gerentes, diretores ou empregados, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou Membros integrantes do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Declaro ainda que não utilizará, para a execução do objeto, empregados que tenham grau de parentesco, até o terceiro grau, com Membros ou servidores do MPRO.

---

Nome e assinatura do Representante Legal da empresa

## ANEXO IV – Modelo de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

Processo Licitatório nº 26/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

Pelo presente instrumento o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**, sediado em Porto Velho/RO, CNPJ nº 04.381.083/0001-67, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**,

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ MPRO (xxxx), doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

RESOLVEM celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante **TERMO**, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

#### 1 OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pelo **CONTRATANTE** e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 2011, Lei nº 13.709, de 2018, e os Decretos 7.724, de 2012, e 7.845, de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

#### 2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.1 **INFORMAÇÃO**: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

2.2 **INFORMAÇÃO SIGILOSA**: aquela submetida temporariamente a restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

2.3 **CONTRATO PRINCIPAL**: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

#### 3 DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional, em qualquer nível ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando, a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a **CONTRATADA** venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

#### 4 DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

4.1 Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da **CONTRATADA**;

4.2 Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

4.3 Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### 5 DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1 As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

5.2 A **CONTRATADA** se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso do **CONTRATANTE**.

5.3 A **CONTRATADA** compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

5.3.1 A **CONTRATADA** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao **CONTRATANTE** dos documentos comprobatórios.

5.4 A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **CONTRATANTE**.

5.5 Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

5.5.1 Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.6 A **CONTRATADA** obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

5.7 A **CONTRATADA**, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

5.7.1 Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

5.7.2 Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

5.7.3 Comunicar ao **CONTRATANTE**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

5.7.4 Identificar as pessoas que, em nome da **CONTRATADA**, terão acesso às informações sigilosas.

## 6 VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a **CONTRATADA** teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## 7 PENALIDADES

7.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES.

7.2 Neste caso, a **CONTRATADA**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8 DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

8.2 Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3 O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

8.4 Ao assinar o presente instrumento, a **CONTRATADA** manifesta sua concordância no sentido de que:

8.4.1 O **CONTRATANTE** terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da **CONTRATADA**;

8.4.2 A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo **CONTRATANTE**, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

8.4.3 A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

8.4.4 Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

8.4.5 O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

8.4.6 Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a **CONTRATADA** não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

8.4.7 O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a **CONTRATADA**, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

8.4.8 Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

## 9 FORO

O **CONTRATANTE** elege o foro da Cidade de Porto Velho, onde está localizada a sede do **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 10 ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Porto Velho, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



**1. DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Apólice de seguro veicular.

Cobertura securitária para 121 veículos conforme tabela em anexo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT
1	<p><b>a) Descrição detalhada</b></p> <p>Perda parcial do veículo: 100% FIPE</p> <p>Indenização integral: 100% FIPE</p> <p>Danos Materiais a Terceiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>Danos Corporais a Terceiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>Acidentes pessoais por passageiros (morte, invalidez, despesas médico-hospitalares): R\$100.000,00 (Cem mil reais). O valor da cobertura securitária de que trata este item, é individualizado, ou seja, no caso da ocorrência de um dos eventos morte, invalidez, despesas médico-hospitalares não será fracionado por esses itens. Portanto, será pago de forma integral e não cumulativo, se apenas sobrevier um destes eventos; ou, no caso de ocorrer mais de uma das situações ou todas concomitantemente, no mesmo sinistro, o pagamento será o valor previsto de forma integral.</p> <p><b>b) Coberturas</b></p> <p>Valor segurado: 100% da tabela FIPE;</p> <p>Cobertura: Compreensiva;</p> <p>Franquia Obrigatória: valor máximo não superior a 4,0 % do valor do bem (tabela FIPE) para as SUVs, VANs e utilitários e valor máximo não superior a 5,0 % do valor do bem (tabela FIPE) para os demais veículos;</p> <p>Coberturas de vidros (para-brisas, vidros laterais e traseiros, faróis, lanternas, retrovisores);</p> <p>Detalhamento de coberturas:</p> <p>a) Danos materiais a terceiros R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>b) Danos corporais a terceiros R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>c) Danos morais: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais);</p> <p>d) Acidentes pessoais por passageiros: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>e) Morte ou invalidez por passageiro e/ou motorista: R\$100.000,00 (Cem mil reais);</p> <p>f) Nível de Blindagem: Nível III-A - NIJ Valor da Blindagem: R\$ 90.000,00 (noventa mil reais);</p> <p>g) Assistência 24 horas;</p> <p>h) Os valores referente aos pagamentos de franquia serão pagas pelo MP-RO à seguradora, que, por sua vez, realizará o repasse às empresas conveniadas;</p> <p>i) Cláusulas de proteção a vidros;</p> <p>j) As liberações de sinistros junto as empresas conveniadas, relacionados a assistências de menor valor, como para-brisas, vidros laterais e traseiros, faróis, lanternas, deverá ter o prazo máximo de 03 (três) dias úteis;</p> <p>k) Serviço de guincho limitado a 800 quilômetros;</p> <p>l) Riscos inerentes como incêndios e fenômenos da natureza;</p> <p>m) Roubo e furto; colisão; abalroamento; capotagem; queda de precipícios e de pontes; queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; terremoto; submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos, bem como cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro.</p>	UNID	1

Obs.: Atualmente a frota encontra-se com um total de 121 (cento e vinte e um) veículos, desse modo, o valor da Apólice cobrirá a todos de forma unificada.

A contratação de seguro se faz necessária em razão de viagens para atendimento dos trabalhos técnicos e administrativos do Ministério Público de Rondônia, onde há grande fluxo de veículos existentes percorrendo todo o Estado nas áreas urbanas, rodovias e estradas da zona rural. Com as viagens, os veículos acabam ficando expostos e propícios a se envolverem em sinistros, riscos inerentes como incêndios e fenômenos da natureza.

Visto que os veículos são utilizados diretamente pelos servidores da instituição em deslocamento tanto em horário diurno como noturno em todo o Estado, o intuito dessa contratação é resguardar o patrimônio público de eventuais danos e prejuízos ao erário.

Desta forma, o seguro total para os veículos propiciará a segurança necessária para o deslocamento dos servidores em suas atividades, tanto na capital como ao interior do estado, pois seguem caminhos ininterruptos sujeitos a todo tipo de sorte pela exposição ao trânsito existente atualmente, o que torna imprescindível a cobertura de seguro que trará garantia e segurança ao conduzir o automóvel. Assim, é imperativo haver uma cobertura financeira indenizatória para um patrimônio público valioso, sujeito frequentemente a perturbações incontrolláveis que resultam em danos materiais e pessoais.

A nova contratação se justifica ainda pelo fato de que a apólice de seguro em vigor atingiu o limite contratual permitido de até 25% (vinte e cinco por cento), não sendo possível a inclusão de novos veículos ou ajustes adicionais sem ultrapassar o percentual previsto. Diante disso, permanece a necessidade que deu origem à contratação inicial, especialmente devido à ampliação da frota com a aquisição de novos veículos.

Registre-se que os veículos da frota do MPRO possuem rastreadores, são conduzidos por motoristas de carreira da Instituição ou por servidores devidamente autorizados, e quando não estão em serviço ficam guardados em estacionamento fechado e coberto, munido de serviço de vigilância 24h (vigilante e câmeras - CFTV), nas instalações do MPRO na capital e no interior do estado.

#### **1.1. Parcelamento do Objeto (Art. 18, § 1º, VIII; Art. 40, V, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

A contratação atenderá o princípio do parcelamento do objeto, uma vez que se trata de item único.

#### **1.2. Serviço Contínuo (Art. 6º, XV e XVI, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Em virtude da natureza do objeto da contratação, se trata de serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem fornecimento de materiais e equipamentos.

#### **1.3. Bem/Serviço Comum/Luxo (Art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021)**

a) O objeto desta contratação pode ser considerado de natureza comum considerando que suas especificações técnicas e requisitos de qualificação podem ser claramente definidos no termo de referência, padronizados a partir de critérios de qualidade e desempenho amplamente reconhecidos no mercado, excluindo assim eventual subjetividade na avaliação das propostas, característica essencial para a classificação de um serviço como de natureza comum.

b) Desta forma, o objeto desta contratação é de natureza comum atendendo o disposto no Art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto nº 10.818 de 27.09.2021.

#### **1.4. Catálogo Eletrônico de Padronização (Art. 19 § 2º e Art. 40, § 1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Justifica-se a não utilização de catálogo eletrônico de padronização, em atendimento ao Art. 19 § 2º e Art. 40 da Lei 14133, de 2021, visto que, em consulta ao referido "Catálogo Eletrônico de Padronização" do "Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)" não consta o item da presente contratação.

### **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “b”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

#### **2.1. Justificativa da Contratação**

A contratação dos serviços de seguro total dos 121 (cento e vinte um) veículos pertencentes à frota oficial do Ministério Público tem por finalidade garantir a prestação de serviços de seguro total dos veículos, decorrente de prejuízos causados nos casos de: roubo e furto; colisão; abaloamento; capotagem; queda de precipícios e de pontes; queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; terremoto; submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos, bem como cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro.

#### **2.2. Enquadramento com Plano de Contratações Anual (PCA)**

O objeto desta contratação está devidamente previsto no “Plano de Contratações Anual”.

### **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 6º, XXIII, alínea “c”, e Art. 40, § 1º, I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

#### **3.1. Especificação do Objeto**

A descrição do objeto foi elaborada a partir de pesquisas referenciais de mercado que atendam às necessidades do MPRO, sem direcionamento de marca/modelos, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

#### **3.2. Garantia e Assistência Técnica (Art. 40, § 1º, Inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

##### **3.2.1. Garantia**

Em razão da natureza do objeto, não se aplica garantia.

##### **3.2.2. Assistência Técnica**

Em razão da natureza do objeto, não se aplica assistência técnica.

#### **3.3. Logística Reversa/Destinação de Resíduos**

Não se aplica logística reversa/destinação de resíduos na presente contratação.

#### **3.4. Treinamento**

Não se aplica condições de treinamento na presente contratação.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

#### **4.1. Sustentabilidade**

Quando compatível, o fornecedor deverá implementar quesitos de sustentabilidade e de economia alinhados às diretrizes e aos objetivos dispostos nos Arts. 5º e 11, Inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente no uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

#### **4.2. Indicação de Marca/Modelo (Art. 41, I, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da Lei nº 14.133, de 2021)**

Posto se tratar de serviço, não se aplica indicação de marca/modelo referencial na presente contratação.

#### **4.3. Vedação de Marca/Produto (Art. 41, III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Posto se tratar de serviço, não se aplica vedação de marca/modelo na presente contratação.

#### **4.4. Exigência de Amostra (Art. 17, § 3º, Art. 41, II, Art. 42, § 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Posto se tratar de serviço, não se aplica exigência de amostra na presente contratação.

#### **4.5. Referências Técnicas**

a) Na presente contratação, deverão ser observados os seguintes normativos técnicos:

I. Lei nº 14.133, de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

II. Resolução CNSP nº 382/2020 – Normas e diretrizes para contratos de seguros;

III. Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 2002) – Disposições sobre contratos de seguro.

#### **4.6. Subcontratação (Art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Não será admitida a subcontratação do objeto deste TR.

#### **4.7. Modalidades de Garantia da Contratação (Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021)**

a) Como garantia de execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos pactuados, a Contratada deverá prestar garantia em reais no valor correspondente a 5% (descrever por extenso) do valor do contrato conforme previsto no Art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) A Contratada poderá optar por uma das seguintes modalidades, conforme estabelecido no § 1º do Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021:

I. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II. Seguro-garantia, com prazo de vigência igual ou superior ao prazo de vigência do instrumento contratual;

III. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

b) No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo MPRO.

c) Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o MPRO notificará a Contratada, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação.

d) A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições assumidas, pela entrega incompleta do objeto (material ou serviço) e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras combinações legais.

e) Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o MPRO poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

f) Após o recebimento definitivo do objeto (material ou serviço) a garantia prestada será liberada ou restituída à Contratada, de acordo com a forma de prestação.

g) O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do ajuste.

h) Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

#### **4.8. Vistoria (Art. 63, § 2º, 3º e 4º, da Lei nº 14.133, de 2021)**

Em razão da natureza do objeto, não se aplica a exigência de vistoria nesta contratação.

#### **4.9. Participação de Consórcio (Art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021)**

a) Não serão admitidos consórcios de empresas na contratação, uma vez que o objeto em questão não apresenta alta complexidade e não se trata de uma contratação de grande vulto que justifique tal formação. Permitir a participação de consórcios em um objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico vai de encontro ao princípio da competitividade.

#### **4.10. Benefícios para ME/PP**

Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não será aplicado o critério de exclusividade de contratação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), visto que o valor desta contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsto no Art. 48, Inciso I, da referida Lei Complementar. Assim, todos os itens desta contratação são de AMPLA PARTICIPAÇÃO, garantidas as prerrogativas de tratamento diferenciado a Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

### **5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 6º, XXIII, alínea “e” e Art. 40, § 1º, II, da Lei nº 14.133, de 2021)**

#### **5.1. Prazo de Entrega/Execução**

O prazo para início da prestação dos serviços será de 48 (quarenta e oito) horas a partir do envio da “Ordem de Serviço” ao fornecedor.

##### **5.1.1. Pedidos de Prorrogação do Prazo de Entrega**

a) Impossibilitado de cumprir o prazo de entrega, o fornecedor deverá formalizar pedido de prorrogação de prazo ao gestor **imediatamente após identificar a impossibilidade de cumprimento do prazo, e antes do vencimento do prazo contratual**, o qual deverá estar instruído com, no mínimo:

I. Identificação do objeto;

II. Número da Nota de Empenho e da Ata/Contrato;

III. Razões de justificativa plausíveis quanto à impossibilidade de cumprimento do prazo contratual e à necessidade da prorrogação;

IV. Documentação comprobatória dos fatos alegados;

V. Indicação do novo prazo a ser cumprido.

b) A prorrogação do prazo de execução do objeto se consubstancia em medida excepcional, logo, eventual pedido de prorrogação será apreciado com base na justificativa apresentada, na documentação comprobatória acostada e no interesse público envolvido, ficando a critério do MPRO o seu deferimento.

c) A inexecução ou o descumprimento da obrigação poderá ser objeto de apuração, mediante processo administrativo conduzido sob o crivo da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis, se for o caso.

d) Serão considerados intempestivos os pedidos de prorrogação efetuados após a expiração do prazo de entrega.

e) O descumprimento do disposto nos itens anteriores facultará ao MPRO a adoção de medidas objetivando a extinção contratual, incorrendo o fornecedor nas sanções administrativas cabíveis.

## **5.2. Local de Entrega/Execução**

O local de entrega/execução será no prédio sede do MPRO, situado à Rua Jamari, nº 1555, bairro Olaria, na cidade de Porto Velho – CEP: 76.801-917, no horário compreendido entre 7h e 14h, aos cuidados do servidor Ives Anes de Souza Filho – Unidade SETRANS – Ramal 63920.

## **5.3. Quantitativos Mínimos**

a) A quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes deverá ser igual à quantidade total prevista para cada item desta contratação.

b) Não serão aceitas propostas parciais ou para quantidades inferiores às estabelecidas neste Termo.

c) A exigência de que a quantidade mínima a ser cotada pelos licitantes seja igual à quantidade total prevista visa garantir a eficiência e a economicidade do processo licitatório, pelos seguintes motivos:

I. Economia de escala: ao exigir que os licitantes apresentem propostas para a totalidade de cada item da licitação, é possível obter preços mais competitivos devido à economia de escala, pois os fornecedores podem planejar e otimizar a produção e a logística, reduzindo custos e repassando essas economias ao MPRO;

II. Simplificação do processo: a exigência de cotação para a quantidade total de cada item simplifica o processo de avaliação das propostas, uma vez que todas as ofertas serão comparáveis em termos de quantidade e escopo, facilitando a análise e a escolha da proposta mais vantajosa;

III. Garantia de fornecimento e qualidade: ao assegurar que o fornecedor será responsável por toda a quantidade necessária, evita-se a fragmentação do fornecimento, o que pode gerar inconsistências na qualidade dos produtos ou serviços e dificuldades na gestão dos contratos, já que diferentes fornecedores podem ter padrões de qualidade variados, o que pode impactar negativamente o resultado da contratação;

IV. Redução de riscos: a contratação de um único fornecedor para a totalidade de cada item reduz os riscos associados à dependência de múltiplos fornecedores, como atrasos, falhas na entrega e problemas de coordenação;

VI. Transparência e competitividade: a exigência de cotação para a quantidade total de cada item promove a transparência e a competitividade do processo licitatório, uma vez que todos os licitantes estarão sujeitos às mesmas condições e critérios de avaliação.

## **5.4. Procedimentos Auxiliares (Art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021)**

Não se aplicam procedimentos auxiliares nesta contratação.

## **6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

### **6.1. Instrumento Contratual**

a) Na presente contratação, haverá o instrumento contratual que deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

### **6.2. Condições Gerais do Contrato**

a) Formalizado o instrumento contratual (ou documento equivalente) e/ou a ata de registro de preços, o MPRO convocará o fornecedor para assiná-lo no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas uma única vez, a critério do MPRO, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o MPRO poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de gestão e fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

c) As comunicações entre o MPRO e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

### **6.3. Gestão e Fiscalização**

Abaixo a designação dos servidores que atuarão como gestores e fiscais do contrato e/ou da ata de registro de preços, em conformidade às normativas vigentes e “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”:

I. Gestor: IVES ANES DE SOUZA FILHO – Cad.42673

II. Gestor Substituto: LUZAIRA PEREIRA DE AGUIAR – Cad. 44227

III. Fiscal: TAMIRES SANTOS DA COSTA – Cad. 53325

IV. Fiscal Substituto: LUZAIRA PEREIRA DE AGUIAR – Cad. 44227

b) Ressalta-se que, por conveniência da Administração, os nomes dos gestores e fiscais, e seus substitutos, poderão ser alterados a qualquer momento durante a vigência do contrato.

c) As atribuições e procedimentos de atuação dos gestores e fiscais do contrato serão realizados em conformidade ao que dispõe o “Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do MPRO”.

### **6.4. Vigência da Contratação**

a) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura das partes, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, ficando o contrato responsável por oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

b) A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a MPRO, permitida a negociação com a contratada, atentando-se, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- I. Manifestação do gestor que o MPRO mantém interesse no fornecimento do objeto e renovação do contrato;
- II. Manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- III. Comprovação da vantajosidade econômica da renovação;
- IV. Manutenção dos requisitos de habilitação por parte da Contratada;
- V. Celebração de termo aditivo.

#### **6.4.1. Dos Acréscimos e Supressões**

a) A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos e supressões que o MPRO, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, no valor inicial atualizado do objeto adjudicado, respeitado o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) para bens e serviços comuns, conforme previsto no Art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, através de aditamento.

c) Se, porventura, houver a necessidade da celebração de aditivos contratuais, os materiais e/ou serviços acrescidos e já existentes na planilha de preços do contrato, manterão o valor unitário avençado, enquanto o preço dos materiais e/ou serviços novos será obtido, sempre que possível, por meio das tabelas referenciais de custos ou índices oficiais aplicáveis, considerando a data-base da elaboração do orçamento de referência da Administração e sendo aplicado o devido deságio – se algum determinado insumo ou serviço não estiver contido em alguma tabela referencial, este poderá ser cotado no mercado local/nacional, a depender de sua natureza.

d) Para a celebração de termos aditivos, a Contratada deverá encaminhar os seguintes documentos:

- I. Requerimento devidamente assinado pelo seu responsável, contendo as devidas justificativas;
- II. Planilha de composição de custos demonstrando os serviços e/ou materiais a serem acrescidos e suprimidos (recordando-se da aplicação do deságio), ficando sob supervisão da equipe de fiscalização a aferição dos seus quantitativos;
- III. Composições de custos unitários dos materiais e/ou serviços;
- IV. No mínimo três cotações e/ou notas fiscais – número inferior será condicionado à justificativa da contratada – devendo-se considerar o mês inicial e o mês final do contrato, dos insumos/serviços embutidos na planilha de composição de custos do termo aditivo;
- V. Mapa de pesquisa de mercado, alocando todos os preços obtidos através das cotações e notas fiscais apresentadas;
- VI. Memória de cálculo dos quantitativos.

e) Concernente ao item V da letra “d” deste subitem, deverá o mapa de pesquisa de mercado conter, no mínimo, as seguintes colunas com suas respectivas informações:

- I. Item;
- II. Descrição do insumo/serviço;
- III. Unidade de medida do insumo/serviço;
- IV. Informações da cotação/nota fiscal (código, data, horário, nome da empresa, CNPJ da empresa, vendedor, telefone, endereço);
- V. Preço unitário do insumo/serviço (conforme cotação/nota fiscal);
- VI. Média do preço unitário das cotações obtidas, se o insumo/serviço não existir na tabela referencial.

f) Não será devido o aditamento de materiais e/ou serviços executados sem prévio orçamento, empenho e autorização do MPRO, uma vez que a Contratada assumiu o risco inerente a sua execução sem prévia autorização/formalização.

g) Se constatados erros ou omissões no orçamento cujas variações quantitativas sejam inexpressivas, já após a assinatura do contrato, não será devida a confecção de termo aditivo, uma vez que no ato de apresentação da proposta, a Contratada apresenta declaração de que sua proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado.

h) Caso existam variações consideradas relevantes, poderão ser avençados, excepcionalmente e a critério do MPRO, termos aditivos para restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, observando-se os limites preconizados na Lei nº 14.133, de 2021.

i) Poderão ser analisados, a critério do MPRO, se a inclusão do material e/ou serviço omitido já está compensada por distorções de outros itens contratuais que tornem o valor global da avença compatível com o de mercado.

#### **6.5. Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

##### **6.5.1. Da Revisão**

a) A revisão de preços é o mecanismo oportuno para promover o reequilíbrio econômico-financeiro diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

b) A revisão de preços seguirá as premissas da Lei nº 14.133, de 2021, salientando-se que o ônus da prova dos fatos (desequilíbrio) é do fornecedor, bem como é necessário que ele comprove abundantemente a questão pleiteada, a fim de subsidiar a análise por parte do MPRO.

c) Para solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro, o fornecedor deverá apresentar, no mínimo, as seguintes documentações:

- I. Requerimento devidamente assinado pelo seu responsável, contendo as devidas justificativas;
- II. Documentações hábeis demonstrando a ocorrência de fatos imprevisíveis, fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual;
- III. Simulação em planilha de composição de custos desde a sua data-base até o mês em que for solicitado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- IV. No mínimo três cotações e/ou notas fiscais – número inferior será condicionado à justificativa do fornecedor – dos insumos/serviços compreendendo o período pleiteado para o reequilíbrio econômico-financeiro, desde o mês utilizado como data-base da planilha licitada até o mês de

solicitação da revisão de preços;

V. Mapa de pesquisa de mercado alocando todos os preços obtidos através das cotações e notas fiscais apresentadas;

VI. Composições de custos unitários com os preços originalmente licitados;

VII. Composições de custos unitários com os preços modificados conforme mapa de pesquisa de mercado;

VIII. Planilha sintética contendo o comparativo entre os valores originais e revisados dos materiais e/ou serviços, cuja diferença, somada, será o valor do reequilíbrio econômico-financeiro.

d) Relativo ao inciso III da letra “c” deste subitem, para os insumos próprios poderão ser utilizadas notas fiscais e/ou cotações oriundas de pesquisa no mercado local (ou nacional, a depender do insumo) e se, após tal simulação, o valor global se mantiver estável, com evidente compensação entre materiais e/ou serviços que registraram aumento e diminuição de preços, ou a variação positiva for igual ou inferior ao desconto ofertado pelo fornecedor, não fará jus ao realinhamento – assumindo que para efeito de avaliação do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, é de responsabilidade da Contratada, quando da formulação do preço de venda, levar em consideração as variações de preços pertencentes à álea ordinária, estando os riscos incorporados ao mesmo.

e) Concernente ao inciso V da letra “c” deste subitem, deverá o mapa de pesquisa de mercado conter, no mínimo, as seguintes colunas com suas respectivas informações:

I. Item;

II. Descrição do insumo/serviço;

III. Unidade de medida do insumo/serviço;

IV. Informações da cotação/nota fiscal (código, data, horário, nome da empresa, CNPJ da empresa, vendedor, telefone, endereço);

V. Preço unitário do insumo/serviço (conforme cotação/nota fiscal);

VI. Média do preço unitário das cotações obtidas;

VII. Preço unitário da planilha de preços à época;

VIII. Preço unitário da planilha atualizado, conforme índice previsto no subitem 6.5.1, letra “e” deste Termo;

IX. Média do preço unitário oriundo das cotações e tabela oficial (se houver).

f) Não será devido reequilíbrio econômico-financeiro para fatos cujo nexo causal tenha sido originado pelo próprio fornecedor.

g) O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato ou da Ata de Registro de Preços.

h) O prazo para resposta do pedido será de um mês, a contar da data do fornecimento da documentação completa.

i) Qualquer documentação adicional que porventura o MPRO solicite deverá ser fornecida pelo fornecedor.

#### **6.5.2. Do Reajuste e Repactuação**

a) O reajuste é a reposição da perda do poder aquisitivo da moeda por meio do emprego de índices de preços prefixados neste Termo;

b) O índice de reajuste será aplicado por meio do **Índice de Preços do Setor de Seguros Automotivos (IPSA)**, reconhecido como referência para medir a inflação do setor e outros fatores relevantes à precificação do seguro veicular;

c) A contagem da anualidade terá início a partir da data do orçamento estimativo, conforme disciplina o art. 92, § 3º, Lei nº 14.133, de 2021;

d) O reajuste deverá seguir as premissas da Lei nº 14.133, de 2021;

e) Os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

f) Para fins de reajuste de preços, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

I. Requerimento devidamente assinado pelo seu responsável, contendo as devidas justificativas;

II. Planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, levando em consideração o índice de reajustamento pré-fixado neste Termo e no Contrato.

g) Quanto ao item II da letra “f” deste subitem, a Contratada deverá levar em consideração as eventuais revisões de preços ocorridas em simultâneo ou já avançadas, excluindo-se tais itens da parcela do reajustamento.

h) Os preços relacionados à apólice, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de início da vigência do seguro ou do último reajuste, poderão ser reajustados utilizando-se a variação acumulada do **IPSA** no período de 12 (doze) meses.

i) Os materiais e/ou serviços contidos em aditivos de acréscimo e precificados por meio de cotações no mercado local/nacional não sofrerão reajuste pelo fato de já naturalmente estarem com seus preços atualizados - uma vez que são provenientes de pesquisa mercadológica à época da celebração do termo aditivo.

j) Eventuais atrasos ocasionados pela Contratada serão retirados do saldo remanescente que servirá como base de cálculo para aplicação do percentual de reajustamento.

#### **6.6. Hipóteses de Extinção do Contrato**

a) Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento da contratada;

V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

b) A contratada terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

I. Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [Art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

II. Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

III. Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

IV. Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

c) A extinção do contrato poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

d) A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

e) Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, a contratada será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I. Devolução da garantia;

II. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

III. Pagamento do custo da desmobilização.

#### **6.7. Obrigações Gerais do MPRO**

a) Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto deste termo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do fornecedor;

b) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor;

c) Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

d) Prestar ao fornecedor todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto;

e) Efetuar o aceite de notas fiscais/faturas, emitir termo de recebimento e pagar ao fornecedor o valor resultante da prestação do objeto, na forma estabelecida neste termo;

f) Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação do objeto entregue, para que seja substituído ou corrigido;

g) Permitir aos funcionários do fornecedor, acesso às suas dependências por ocasião da entrega e/ou substituição/reparo do objeto, desde que os responsáveis pela entrega estejam devidamente identificados, observadas demais normas de segurança;

h) Comunicar às autoridades irregularidades ocorridas e atos ilícitos cometidos pelo fornecedor;

i) Reter créditos e aplicar as penalidades cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento;

j) Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelos demais fornecedores, objeto deste instrumento, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos;

k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo fornecedor no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

l) Realizar rigorosa conferência das características do objeto entregue, pelos agentes designados, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

m) Prestar às informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

n) Publicar no Diário Eletrônico do MPRO o extrato da contratação.

##### **6.7.1. Obrigações Específicas do MPRO**

a) Designar gestor e fiscal do contrato;

b) Solicitar inclusão e/ou exclusão de itens da lista dos veículos segurados;

c) Em caso de sinistro, efetuar o pagamento da franquia em cumprimento ao estabelecido na apólice;

d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização por meio do gestor do contrato designado;

e) Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas na execução do contrato;

f) Proporcionar as facilidades ao seu alcance para que a Contratada possa conduzir a bom termo a execução do contrato;

g) Efetuar o pagamento da (s) fatura (s)/nota (s) fiscal (ais)/apólice (s) no prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

h) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;

i) Prestar as informações referentes ao objeto deste Termo que venham a ser solicitadas pela Contratada; e,

j) Acionar junto à Contratada, a prestação de serviços de seguro, conforme rotinas padronizadas pelas empresas de seguro e sujeitas à legislação vigente.

## **6.8. Obrigações Gerais do Fornecedor**

- a) Entregar o objeto de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas neste termo e seus anexos, bem como em conformidade com as condições, preços e prazos estipulados na proposta, mantendo-o sempre em perfeita ordem, e arcando com os ônus necessários à completa entrega do objeto, inclusive, substituindo-o, no todo ou em parte, quando não aprovado pelo MPRO, sem qualquer ônus adicional;
- b) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto contratado;
- c) Cumprir todos os prazos estipulados para entrega do objeto, substituindo-os ou corrigindo-os, às suas custas, no total ou em parte, nos prazos fixados, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Emitir a nota fiscal ou documento equivalente pertinente ao objeto fornecido, observando o disposto neste termo;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da execução do objeto, inclusive considerados os casos de greves ou paralisação de qualquer natureza;
- f) Comunicar imediatamente ao MPRO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras essências para recebimento de correspondência;
- g) Arcar com as despesas com impostos e taxas do objeto até sua efetiva entrega;
- h) Comunicar imediatamente ao MPRO, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega do objeto, para adoção de medidas cabíveis;
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste instrumento;
- j) Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista exigidas e apresentadas na assinatura do instrumento contratual;
- l) Assumir inteira responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos causados ao MPRO ou a terceiros no cumprimento do objeto;
- m) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, por parte do MPRO, prestando todos os esclarecimentos solicitados acerca da execução do objeto;
- n) Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MPRO;
- o) Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, bem como outras previstas em normas específicas, quando estas lhe forem aplicáveis;
- p) Realizar seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

### **6.8.1. Obrigações Específicas do Fornecedor**

- a) Seguir rigorosamente as normas constantes do Decreto-Lei nº 73, de 1966, Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e seus regulamentos;
- b) Responsabilizar-se pelos danos causados, direta ou indiretamente ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes;
- c) Prestar assistência (s), serviço (s), conserto (s) e reparo (s) sob cobertura securitária objeto deste Termo, diretamente ou através de seus representantes ou empresas credenciadas, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de registro da solicitação;
- d) Nas situações do item anterior, o valor relativo à franquia resultante de sinistros será creditado pelo MPRO à Contratada que fará o repasse financeiro às empresas credenciadas e respectivas prestadoras de serviços regularmente cadastradas;
- e) Executar os serviços e prestar as assistências do Ministério Público em caráter prioritário por ser de interesse público;
- f) Prestar atendimento ininterrupto devendo indicar expressamente, no ato de assinatura do contrato, linha de comunicação via telefone gratuito (0800), durante 24 horas e todos os dias, para atender aos problemas operacionais e que careçam de assistência securitária mediata e imediata, além de outros números de telefones fixos e/ou celulares, e-mail e nomes de funcionários para contato, mantendo essas informações atualizadas junto ao gestor do contrato;
- g) Solucionar de imediato os problemas operacionais securitários informados pelo gestor, fiscal ou condutores de veículos;
- h) Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MPRO;
- i) Assumir a responsabilidade pelos danos causados, direta ou indiretamente ao MPRO ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus empregados ou credenciados na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto desta contratação, e por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação em vigor, assim como por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes do objeto desta contratação;
- k) Fornecer, quando solicitado pelo MPRO, toda documentação técnica necessária ao perfeito acompanhamento dos serviços contratados;
- l) Dispor de todos os recursos humanos e materiais para atendimento das demandas nos prazos previamente estabelecidos para a execução dos serviços;
- m) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou falhas apontadas pelo MPRO, na entrega ou execução do objeto deste Termo, bem como sanar a inobservância de cláusula contratual;
- n) Encaminhar a apólice de seguro, nos moldes definidos no item Pagamento (7.3) deste Termo;
- o) A contratada deverá observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;
- p) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas no ato da convocação para habilitação no processo licitatório.

## **7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133, de 2021)**

### **7.1. Recebimento**

- a) O recebimento do objeto se dará:

I. Provisoriamente: por servidor (a) da unidade técnica competente, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação dos termos pactuados;

II. Definitivamente: pelo fiscal do contrato ou por comissão de recebimento formalmente constituída, composta de, no mínimo 03 (três) servidores, no



- prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento provisório, observadas as condições acima referidas, conforme regulamento próprio vigente.
- b) É facultada a presença do fornecedor durante todo o procedimento de recebimento definitivo.
- c) O fornecedor será responsável pelo objeto deste termo até a entrega nas dependências do MPRO.
- d) Se, no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.
- e) Na hipótese de qualquer divergência aos termos pactuados, não ocorrerá o recebimento definitivo, sendo o fornecedor notificado para, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação, proceder à regularização, sem ônus para o MPRO, observado a disposição do Art. 119 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Da Liquidação

- a) Efetuado recebimento definitivo do objeto a partir da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa, na forma da Resolução nº 37/2024-PGJ (Institui Sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos no MPRO).
- b) Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (Dispensa de Licitação por Valor), os prazos para liquidação da despesa e pagamento serão reduzidos pela metade.
- c) Para fins de liquidação, o gestor do contrato deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do referido documento.
- d) Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo em caso de má-fé, o credor terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para sanear o processo e, após esse prazo, em caso de não regularização, a obrigação de pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da respectiva ordem cronológica, devendo, após a devida correção, ser reinserida.
- e) A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021:
- I. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- II. Certidão de Regularidade de FGTS;
- III. Certidão de quitação de Tributos Estaduais e Municipais, do domicílio ou sede da contratada;
- IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- f) A perda da regularidade fiscal no decorrer do cumprimento contratual, em contratos de execução continuada ou parcelada, justifica a aplicação de sanções ao fornecedor, incluindo a possibilidade de revogação do pacto contratual e a imposição de retenção cautelar nos casos de multa.
- g) A perda da regularidade fiscal no decorrer do cumprimento contratual não autoriza, contudo, a retenção de créditos devidos, inclusive em relação aos pagamentos únicos, que permanecem imunes aos bloqueios.
- h) Constatando-se quaisquer situações de irregularidade fiscal por parte do fornecedor, será providenciada sua notificação formal, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente suas razões de defesa
- i) Persistindo a irregularidade, o fornecedor adotará as medidas necessárias à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao fornecedor a ampla defesa e contraditório, bem ainda, observadas as medidas mínimas necessárias para que não haja descontinuidade do serviço público ou agravamento aos prejuízos ao MPRO.
- j) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, caso o fornecedor não regularize sua situação fiscal.

7.3. Do Pagamento (Art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133, de 2021)

- a) Efetuado recebimento definitivo do objeto a partir da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação da despesa e mais 10 (dez) dias úteis para pagamento, na forma da Resolução nº 37/2024-PGJ (Institui Sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos no MPRO).
- b) O pagamento do objeto será realizado por meio de depósito bancário em conta corrente do fornecedor.
- c) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- d) Quando do pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e resoluções vigentes, observada ainda a exigibilidade da ordem cronológica de pagamentos.
- e) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- f) O fornecedor regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- g) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$
Onde: <b>EM</b> = Encargos moratórios <b>N</b> = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento <b>VP</b> = Valor da parcela a ser paga <b>I</b> = Índice de compensação financeira = 0,00032876, assim apurado: <b>I</b> = (TX)/365; <b>I</b> = (12/100)/365; <b>I</b> = 0,00032876 <b>TX</b> = Percentual da taxa anual = 12%

## **8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, alínea “h”, da Lei nº 14.133, de 2021).**

### **8.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, pelo critério de menor preço, conforme dispõe a Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentos internos do MPRO.

### **8.2 Condições de Habilitação**

a) Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos nesta contratação.

b) Será exigida apresentação dos seguintes documentos de habilitação apenas da licitante/participante mais bem classificada, conforme Art. 63, Inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **8.2.1. Habilitação Jurídica**

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, conforme Art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021.

b) Documentos pessoais do representante da empresa, responsável pela assinatura da proposta e futuro contrato e/ou ata de registro de preços, conforme Art. 89, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **8.2.2. Habilitação Técnica**

a) Apresentar 01 (um) Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, emitido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior na prestação de serviços de seguro veicular, abrangendo, no mínimo, a cobertura de 50 (cinquenta) veículos;

a1) O atestado deverá conter informações que permitam a verificação da compatibilidade entre o objeto já executado e o objeto licitado.

**Justificativa:** A fixação do quantitativo de 50 (cinquenta) veículos justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante detenha capacidade técnica e operacional compatível com a frota atual do órgão (121 veículos), garantindo a adequada execução do contrato, sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame.

b) Comprovar autorização para funcionamento nos termos da seção II do capítulo VII do Decreto-Lei nº 73, de 1966 – Sistema Brasileiro de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

#### **8.2.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (Lei 14.133, de 2021, Art. 68, II), podendo ser comprovado através da Ficha Cadastral Imobiliária, SINTEGRA ou Certidão Simplificada da Junta Comercial.

c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede da empresa.

d) Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao FGTS.

e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

f) Regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU;

g) Regularidade junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ.

h) Regularidade junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual da CGE/RO (CEGEFIMP).

#### **8.2.4. Habilitação Econômico-Financeira**

a) Será exigida a apresentação de uma certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, fundamentando-se nos seguintes aspectos:

I. Garantia de idoneidade: a certidão negativa comprova que a empresa licitante não está envolvida em processos de falência, assegurando sua idoneidade e capacidade financeira para cumprir com as obrigações assumidas com a Administração;

II. Segurança jurídica: a exigência dessa certidão proporciona segurança jurídica tanto para a Administração Pública quanto para os demais concorrentes, evitando que empresas em situação financeira precária participem da licitação e possam comprometer a execução do objeto da licitação;

III. Transparência e confiabilidade: a apresentação da certidão negativa promove a transparência no processo licitatório, garantindo que todas as empresas participantes estão em condições legais e financeiras adequadas, aumentando a confiabilidade do processo;

IV. Proteção do interesse público: ao assegurar que apenas empresas financeiramente saudáveis participem da licitação, a Administração Pública protege o interesse público, evitando riscos de inadimplência e garantindo a execução eficiente dos serviços ou fornecimentos contratados.

b) A exigência da certidão negativa de feitos sobre falência na presente licitação é essencial para manter a integridade e a eficiência do processo licitatório, garantindo que a contratação seja firmada com empresa que possui condições adequadas para cumprir suas obrigações.

c) Será exigido que a empresa apresente o Balanço Patrimonial com índices de liquidez mínimos iguais a 1 (um inteiro) ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da licitação (considerando a soma dos valores totais dos itens ou grupos que a empresa está disputando), tendo em vista assegurar a capacidade econômico-financeira das empresas participantes e garantir segurança jurídica para o gestor, para a equipe de planejamento, assim como, aos demais agentes públicos que participam do processo de contratação, garantindo isonomia e vantagem para a Administração Pública, conforme apregoa a Lei nº 14.133, de 2021.

d) Será exigido índices mínimos ou patrimônio líquido de, no mínimo 10% do valor estimado da licitação, por se tratar de uma medida crucial para assegurar que a empresa vencedora do certame possui uma base financeira sólida, minimizando o risco de inadimplência e assegurando a sua capacidade de cumprir com as obrigações contratuais.

e) Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, considerando-se que:

I. A licitante em recuperação judicial deverá comprovar o acolhimento judicial do plano de recuperação judicial, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101, de 2005;

II. A licitante em recuperação extrajudicial deverá apresentar a homologação judicial do plano de recuperação;

III. Caso a licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, ela será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

f) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais (ou do último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos, ou balanço de abertura das licitantes que iniciaram suas atividades neste ano), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme definido abaixo (índices de liquidez e solvência ou patrimônio líquido), assinado pelo contabilista regularmente habilitado e pelo representante da empresa legalmente constituído, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisório.

g) Balanços e demais documentos poderão ser remetidos ao Conselho Regional de Contabilidade para verificação de sua regularidade.

h) Por “na forma da lei” entende-se o seguinte:

I. Quando S/A: balanço patrimonial devidamente publicado no Diário Oficial ou Jornal de grande circulação;

II. Quando outra forma societária: balanço patrimonial devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme preceitua o Código Civil Brasileiro (Art. 1.179) e Instrução Normativa nº 82, de 2021, do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

i) O cálculo para análise de balanço será feito da seguinte forma:

I. Índice de Liquidez

II. Liquidez Corrente: este quociente oferece o grau de solvência da empresa no interregno de no máximo 2 (dois) anos e o ideal é que este quociente seja superior a 1 (um inteiro); quando for igual ou superior a 1 (um inteiro), evidenciará que a entidade possui recursos, no Ativo Circulante, suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo, caso contrário encontra-se numa situação de insolvência.

III. Fórmula = Ativo Circulante ÷ Passivo Circulante

IV. Índice de Liquidez Geral: este índice oferece uma visão global do grau de solvência da empresa, mostra a existência ou não de recursos financeiros necessários para cobrir os compromissos assumidos com terceiros no prazo mínimo de 2 (dois) anos; quando este quociente for igual ou superior a 1 (um inteiro) poder-se-á afirmar, em princípio, que a entidade se encontra satisfatoriamente estruturada do ponto de vista financeiro; quando a empresa apresentar o índice inferior a 1 (um inteiro) pode-se dizer que a entidade se encontra em situação de insolvência.

V. Fórmula = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

VI. Índice de Solvência Geral: Este índice irá indicar a capacidade financeira da empresa, após converter em dinheiro todo o seu Ativo (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente), para pagar todos os seus compromissos a longo prazo (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo). O ideal é que para cada R\$ 1,00 (um real) de Ativo Total convertido em dinheiro, seja suficiente para pagar R\$ 1,00 (um real) de Exigível Total, demonstrando o limite financeiro mínimo para não incorrer em insolvência.

VII. Fórmula = Ativo Total ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

j) Na aplicação das fórmulas acima mencionadas não será habilitada a empresa que:

I. Apresentar Índice de Liquidez Geral inferior a 1 (um inteiro);

II. Apresentar Índice de Liquidez Corrente inferior a 1 (um inteiro);

III. Apresentar Índice de Solvência Geral inferior a 1 (um inteiro).

k) As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um inteiro) em qualquer dos índices previstos na letra “i”, deverão comprovar possuir patrimônio líquido mínimo igual a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme determinação prevista no Art. 69, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de inabilitação.

l) As empresas com menos de dois exercícios financeiros devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

m) No caso da licitante classificada em mais de um item ou grupo, o aferimento do cumprimento das disposições acima levará em consideração a soma de todos os valores referências dos itens ou grupos que a empresa estiver disputando.

### 8.3. Declaração

a) A licitante deve apresentar declaração que:

I. Não existe fato superveniente impeditivo da contratação com o MPRO;

II. Não possui, em seu quadro, menores de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem funcionários menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz (desde que maior de 14 anos), conforme o disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

III. Não possui, em seu quadro de sócios ou funcionários, cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade (até o terceiro grau) de servidores ocupantes de cargo em comissão/função gratificada ou de membros do MPRO e que não designará, para a execução do objeto, funcionário temporário que tenha algum dos vínculos acima mencionados.

### 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133, de 2021)

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constarão de documento separado e classificado, que integrará este Termo de Referência.

### 10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea “j”, da Lei nº 14.133, de 2021)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no “Orçamento Geral do MPRO”, conforme informação da disponibilidade orçamentária e financeira da Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) juntada aos autos.

### 11. DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

#### 11.1. Infrações

a) Serão consideradas infrações todas as ações ou omissões da contratada, seus representantes ou empregados, que caracterizem descumprimento do estabelecido no contrato e seus anexos ou em qualquer legislação ou norma que regulamentem o objeto e a relação contratual.

b) Todas as infrações serão informadas à contratada por meio de notificação do gestor ou fiscal com o respectivo enquadramento no contrato ou seus

anexos.

Caso a contratada pratique quaisquer das infrações abaixo discriminadas, o MPRO poderá, garantindo-se à contratada a ampla defesa e o contraditório, aplicar multa de 0,5 (zero virgula cinco por cento) até o máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do contrato não vencida, conforme tabelas a seguir:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5%
2	1%
3	1,5%
4	2%

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA	CÁLCULO DA MULTA
1	Deixar de emitir ou renovar a apólice no prazo estabelecido no contrato.	3	Por ocorrência	VTC
2	Fornecer apólice com coberturas inferiores às contratadas ou previstas em contrato.	2	Por ocorrência	VTC
3	Suspender a cobertura sem justificativa válida ou aprovação do contratante.	4	Por dia de suspensão	VTC
4	Não apresentar suporte 24 horas conforme previsto nas condições gerais da apólice.	3	Por ocorrência	CMEC
5	Não efetuar a vistoria inicial ou periódica no prazo estipulado.	2	Por ocorrência	CMEC
6	Recusar sinistro ou cobertura indevidamente, sem justificativa plausível e documentada.	4	Por ocorrência	VTC
7	Demorar mais de 30 dias para regularização ou pagamento do sinistro após apresentação de toda a documentação.	3	Por dia de atraso	VTPMC
8	Não atender às reclamações/solicitações de sinistros no prazo máximo de 7 dias para franquias de vidros e retrovisores, ou 10 dias para sinistros de maior complexidade, como lataria e outros.	3	Por ocorrência	VTPMC
9	Não disponibilizar os contatos de atendimento emergencial para os segurados.	2	Por ocorrência	CMEC
10	Deixar de comunicar ao contratante quaisquer mudanças nas condições gerais da apólice.	1	Por ocorrência	CMEC
11	Não incluir o contratante como beneficiário de apólices de seguros exigidas no contrato.	4	Por ocorrência	VTC
12	Não manter canais de atendimento eficientes, resultando em atrasos no atendimento às demandas dos segurados.	3	Por ocorrência	VTPMC
13	Qualquer prática que viole as normas do Código de Defesa do Consumidor.	4	Por ocorrência	VTC
14	Violar as regulamentações da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).	4	Por ocorrência	VTC
15	Não executar serviço solicitado pela fiscalização.	3	Por ocorrência	CMEC
16	Cobrança de valores indevidos.	4	Por ocorrência	VTC

#### Legenda

**VTC:** Valor Total do Contrato

**CMEC:** Cláusula de Multa Específica do Contrato

**VTPMC:** Valor Total da Parcela Mensal do Contrato

#### 11.2. Penalidades

a) No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da respectiva notificação.

b) Pela prática de infrações administrativas, o MPRO poderá, nos termos do Art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à empresa as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Estado de Rondônia;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

c) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A empresa que der causa à inexecução parcial do objeto também estará sujeita a multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, limitado a 30 (trinta) dias, sobre o valor do contrato, empenho, ata de registro de preços e/ou documento equivalente, a qual será recolhida no prazo máximo de quinze dias, uma vez comunicada oficialmente.

e) Transcorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias de atraso, o MPRO poderá cancelar a ata de registro de preços ou extinguir o contrato ou documento equivalente.

f) Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente, no caso de inexecução total, ou em caso de negativa de assinatura do contrato ou aceite de fornecimento por parte da empresa vencedora, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da comunicação oficial do fato.

g) A licitante ou a contratada que der causa à inexecução total do contrato; à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, não entregar a documentação exigida neste Termo, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo

justificado, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, no âmbito do Estado de Rondônia, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Termo e cominações legais aplicáveis.

h) A declaração de inidoneidade será aplicada quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada, atuação com interesses escusos, reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao MPRO ou aplicações anteriores de sucessivas outras sanções, implicando proibição da detentora da ata de registro de preços penalizado de transacionar com a Administração Pública, podendo ainda ser aplicada, dentre outros casos, quando:

I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;

II. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da ata de registro de preços;

III. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

V. Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o MPRO, em virtude de atos ilícitos praticados;

VI. Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto, sem consentimento prévio do MPRO;

VII. Houver ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº 14.133, de 2021, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do MPRO após a assinatura do instrumento contratual ou da ata de registro de preços;

VIII. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

i) A declaração de inidoneidade impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

j) As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

k) Serão remetidas cópias dos processos administrativos dos fornecedores que sofrerem sanção administrativa passível da inserção no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual à Controladoria Geral do Estado de Rondônia, nos termos da Lei nº 2.414, de 2011.

## **12. DO SIGILO E DA SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES**

a) As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

c) É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

d) A Administração deverá ser informada no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo fornecedor.

e) Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

f) É dever do fornecedor orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

g) O fornecedor deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres previstos neste item, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

h) O MPRO poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o fornecedor atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

i) O fornecedor deverá prestar, no prazo fixado pelo MPRO, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

j) Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

k) Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

l) O contrato/Ata de Registro de Preços está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

m) Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) A participação da empresa na disputa e a apresentação de proposta implica na aceitação integral e irretratável das condições deste termo de referência.

b) Poderão ser admitidos, pelo MPRO, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

c) A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da empresa que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a extinção do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

d) É facultado ao MPRO, em qualquer fase da contratação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

e) Fica designado o foro da cidade de Porto Velho, Capital de Rondônia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante desta contratação, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

f) Esta contratação está condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, da transparência, da eficácia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento

objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, e aos que lhes são correlatos.

g) As normas que disciplinam esta contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

#### 14. APÊNDICES E ANEXOS

a) Apêndice A - Relação da Frota de Veículos e Observações Gerais

b) Apêndice B - Mapa de Riscos

#### Apêndice A – Relação da Frota de Veículos e Observações Gerais

##### RELAÇÃO DA FROTA - MPRO

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	ANO/MOD	PLACA	CHASSI	BÔNUS	CEP
01	TOYOTA SW4 SRX-AT 7LUGARES + <b>BLINDAGEM</b>	2021, de 2021	RSV8G05	8AJBA3FS3M0305500	1	76801-917
02	TOYOTA SW4 SRX-AT 7LUGARES + <b>BLINDAGEM</b>	2021, de 2021	RSV8G15	8AJBA3FS3M0303732	1	76801-917
03	COROLLA HÍBRIDO	2022/2022	QTE8G92	9BRBY3BE9P4032613	1	76801-917
04	COROLLA HÍBRIDO	2022/2022	QTE8H02	9BRBY3BE5P4032534	1	76801-917
05	COROLLA XEI 2.0 FLEX	2013/2013	NBS3J71	9BRBD48E1D2602879	4	76801-917
06	COROLLA	2014/2015	NDT3986	9BRBDWHE2F0247909	2	76801-917
07	COROLLA	2014/2015	NDT9206	9BRBDWHE3F0248504	4	76900-259
08	COROLLA	2014/2015	NDU8796	9BRBDWHEXF0249374	4	76801-917
09	COROLLA	2014/2015	NDS1366	9BRBDWHE3F0247420	4	76801-917
10	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV4B31	8AJDA3CD5R1837489	0	76801-917
11	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV4B01	8AJDA3CD4R1837483	0	76801-917
12	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3J91	8AJDA3CD4R1837497	0	76801-917
13	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3J71	8AJDA3CD3R1837443	0	76801-917
14	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3G11	8AJDA3CDXR1837441	0	76801-917
15	HILUX CDLOWM4FD	2024/2024	RSV3F81	8AJDA3CD2R1837482	0	76801-917
16	HILUX SW4 SRV4X4	2013/2013	NBU0B62	8AJYY59G2D6508996	6	76801-917
17	HILUX SW4 SRV4X4	2009/2010	NCH6968	8AJYZ59GXA3038811	5	76801-917
18	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2017	NEG4513	8AJJC8DDXH0250721	4	76872-854
19	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2017	NEG4533	8AJJC8DDXH0250718	4	76801-917
20	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2018	NEB1274	8AJJC8DD1J0250810	4	76900-259
21	HILUX FLEX 4X2 SRV	2017/2018	NEB1344	8AJJC8DDXJ0250806	4	76963-597
22	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6264	9BRK19BT8J2103554	4	76801-917
23	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6274	9BRK19BT1J2103802	4	76980-000
24	HILUX CD 4X4	2011/2012	OHW7780	8AJFR22GXC4555796	6	76980-000
25	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6284	9BRK19BT1J2103766	3	76997-000
26	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6294	9BRK19BT2J2103629	4	76940-000
27	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6D04	9BRK19BT0J2103659	4	76801-917
28	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6D24	9BRK19BT0J2103564	4	76801-917
29	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6D34	9BRK19BT3J2103557	4	76868-000
30	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6344	9BRK19BT3J2103638	4	76850-000
31	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6354	9BRK19BT1J2103539	4	76801-917
32	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6364	9BRK19BT2J2103680	2	76801-917
33	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP6374	9BRK19BT0J2103726	4	76801-917
34	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7E44	9BRK19BT4J2103549	4	76801-917
35	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7464	9BRK19BT8J2103652	4	76963-597
36	ETIOS HATCH 1.3	2017/2018	NDP7594	9BRK19BT5J2103737	4	76958-000
37	HILUX CDLOWM4FD	2019/2019	OHS7721	8AJDA8CD5K1879972	4	76937-000
38	HILUX CDLOWM4FD	2019/2019	OHS7741	8AJDA8CD6K1880113	4	76801-917
39	HILUX SW4	2017/2018	NEE5664	8AJBA3FS4J0248428	4	76801-917
40	HILUX SW4	2017/2018	NEE5674	8AJBA3FS7J0248259	4	76801-917
41	L 200 TRITON HPE 3.2	2014/2015	NEF3H98	93XLNKB8TFCE07115	4	76872-854
42	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7618	9BRK19BTXJ2107993	4	76974-000
43	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7658	9BRK19BT3J2108046	4	76880-970
44	ETIOS HB 1.3	2017/2017	QRA7678	9BRK19BT7J2108051	4	76801-917
45	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7698	9BRK19BT3J2108001	4	76954-000
46	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7738	9BRK19BT8J2108009	4	76900-259

47	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7834	9BRK19BT1L2130436	3	76801-917
48	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7838	9BRK19BT8J2108026	4	76872-854
49	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7854	9BRK19BT9L2132547	2	76801-917
50	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7I58	9BRK19BT4J2107990	4	76801-917
51	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7864	9BRK19BT1L2132896	3	76801-917
52	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7874	9BRK19BTXL2132895	3	76801-917
53	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QRA7884	9BRK19BT2L2132972	3	76801-917
54	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QRA7894	8AJDA3CD3L1811075	3	76997-000
55	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QRA7924	8AJDA3CD9L1811047	3	76880-970
56	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA7J18	9BRK19BT2J2107857	4	76801-917
57	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA8018	9BRK19BT0J2108019	4	76801-917
58	ETIOS HB 1.3	2017/2018	QRA8038	9BRK19BT2J2108071	4	76935-000
59	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3444	9BRK19BT5L2133484	3	76801-917
60	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3464	9BRK19BT1L2133496	3	76801-917
61	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3474	9BRK19BT7L2133616	3	76890-000
62	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3494	9BRK19BT9L2133715	3	76916-000
63	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3504	9BRK19BT8L2133172	3	76940-000
64	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3514	9BRK19BT4L2133475	3	76900-259
65	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3524	9BRK19BT9L2133214	3	76890-000
66	ETIOS HB 1.3	2019/2020	QTA3544	9BRK19BT4L2133346	3	76980-000
67	L200 TRITON 3.2 D	2012/2012	NBL2F64	93XJRK8TCCC45803	5	76950-000
68	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NBP9871	93XJNKB8TDCC63284	6	76940-000
69	L200 TRITON 3.2 D	2012/2013	NBQ1791	93XJNKB8TDCC64626	6	76916-000
70	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	NBS8H72	93XJNKB8TDCC65260	6	76801-917
71	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	NBS8I32	93XJNKB8TDCC65280	6	76974-000
72	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QTA6024	8AJDA3CD9L1811307	3	76935-000
73	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QTA6264	8AJDA3CD1L1811270	3	76958-000
74	HILUX CDLOWM4FD	2019/2020	QTA6284	8AJDA3CD5L1811269	3	76900-259
75	L200 TRITON 3.2 D	2012/2012	NCT0J28	93XJRK8TCCC48466	6	76801-917
76	L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	OXL3D39	93XJNKB8TDCC75352	5	76801-917
77	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5604	8AJDA8CD9H1871205	4	76940-000
78	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5614	8AJDA8CD7H1871218	4	76801-917
79	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5624	8AJDA8CD7H1871221	4	76868-000
80	HILUX CD 4X4	2016/2017	NDO5G34	8AJDA8CD9H1871219	4	76801-917
81	FIAT FIORINO	2021, de 2021	RSU7A48	9BD2651MHM9189688	2	76801-917
82	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0A55	8AJKA3CD4N3099061	1	76872-854
83	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0B25	8AJKA3CD4N3099027	1	76963-597
84	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0C65	8AJKA3CD5N3099067	1	76850-000
85	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0D35	8AJKA3CD7N3099040	1	76890-000
86	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0H85	8AJKA3CD4N3099075	1	76970-000
87	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSV0J35	8AJKA3CD4N3099058	1	76900-259
88	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3D76	8AJKA3CD9N3100429	1	76801-917
89	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3E06	8AJKA3CD6N3100680	1	76980-000
90	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3E36	8AJKA3CD6N3100677	1	76801-917
91	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3E46	8AJKA3CD6N3100291	1	76801-917
92	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3E76	8AJKA3CD2N3099964	1	76801-917
93	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3E96	8AJKA3CD3N3100426	1	76801-917
94	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3F16	8AJKA3CDXN3100469	1	76801-917
95	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3F26	8AJKA3CD1N3100621	1	76801-917
96	HILUX CD DSL 4X4 SR AT	2022/2022	RSW3F46	8AJKA3CD7N3100753	1	76890-000
97	FORD TRANSIT 460 B	2023/2024	QTJ6C31	WF0JTTBF9RU011547	0	76801-917
98	COROLLA ALTIS HV	2024/2024	SLI9G35	9BRBY3BE8R4061803	0	76801-917
99	COROLLA APREMIUMH	2024/2024	SLJ3I55	9BRBY3BE2R4061781	0	76801-917
100	HILUX SWSRXA4RD	2024/2024	SLI6E15	8AJBA3FS5R0369870	0	76801-917
101	HILUX SWSRXA4RD	2024/2024	SLI9G95	8AJBA3FS9R0369791	0	76801-917
102	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2G36	8AJKA3CD9R3134912	0	76801-917
103	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2G46	8AJKA3CD4R3134946	0	76801-917
104	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2G66	8AJKA3CD6R3134758	0	76801-917

105	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2G76	8AJKA3CD0R3134779	0	76801-917
106	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2G86	8AJKA3CD2R3134847	0	76801-917
107	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI2H16	8AJKA3CDXR3134613	0	76801-917
108	HILUX CDSR A4FD	2024/2024	QTI3D56	8AJKA3CD2R3134914	0	76801-917
109	MASTER FURGÃO L3	2024/2025	THI5C06	93YF62006SJ991545	0	76801-917
110	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	QRA0E06	LC0CE4CC0S0006370	0	76801-917
111	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	QRA1E66	LC0CE4CC0S0006367	0	76801-917
112	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	QRA1G06	LC0CE4CC0S0006336	0	76801-917
113	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	QRA1G36	LC0CE4CC0S0006322	0	76801-917
114	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	OHV5C94	LC0CE4CC9S0037102	0	76801-917
115	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	OHV5I34	LC0CE4CC9S0037133	0	76801-917
116	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	OXL0E34	LC0CE4CC0S0038025	0	76801-917
117	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2025/2026	OXL1E24	LC0CE4CC0T0001218	0	76801-917
118	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2025/2026	OXL1E34	LC0CE4CC0T0001171	0	76801-917
119	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2024/2025	OHV5D84	LC0CE4CC6S0035159	0	76801-917
120	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2025/2026	SLK3D94	LC0CE4CC0T0001221	0	76801-917
121	I/BYD DOLPHIN GS 180EV - ELÉTRICO	2025/2026	SLK3F24	LC0CE4CC0T0001848	0	76801-917

## OBSERVAÇÕES GERAIS

Informamos que os "bônus" apresentado na tabela dos veículos é apenas como parâmetro para empresa elaborar orçamento, uma vez que pelo bônus há como mensurar a incidência de ocorrência de sinistros na frota do MPRO.

Informamos ainda que, em nossa frota constam 02 (dois) veículos blindados, cuja informação da blindagem está devidamente registrada no Documento Único de Transferência (DUT), no que diz respeito ao valor a ser considerado para efeitos de seguro, o valor correspondente à blindagem individualizado dos veículos será de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

1. TOYOTA SW4 SRX-AT 7 Lugares + Blindagem – **Placa RSV8G05** Nível de Blindagem: Nível III-A - NIJ Valor da Blindagem: R\$ 90.000,00;
2. TOYOTA SW4 SRX-AT 7 Lugares + Blindagem – **Placa RSV8G15** Nível de Blindagem: Nível III-A - NIJ Valor da Blindagem: R\$ 90.000,00.

É importante ressaltar que nos últimos 02 (dois) anos, exceto pela substituição de para-brisas durante os deslocamentos realizados, não ocorreram sinistros envolvendo esses veículos.

Os veículos segurados são destinados para uma variedade de serviços, incluindo atividades administrativas, viagens, deslocamentos, fiscalizações e outras atividades correlatas ao Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO).

Informamos também que o MPRO é isento de determinadas taxas, conforme previsto no Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

Não possuímos veículos adquiridos em leilão em nossa frota a ser segurada, e todos os veículos têm o licenciamento anual obrigatório regularizado.

Além disso, não há nenhum veículo que tenha passado por transformações ou alterações em suas características entre os veículos a serem segurados. A categoria mencionada nos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) é oficial, e as placas correspondem a essa informação.

É importante notar que entre os veículos a serem segurados, não há nenhum destinado ao uso policial e/ou de escolta armada, apenas usados em caráter investigativo.

Até o momento, nenhum dos veículos a ser segurado encontra-se parado em oficina ou por qualquer outro motivo, como sinistros, reparos ou manutenção, que possa comprometer sua utilização.

Após a licitação, a seguradora vencedora terá a oportunidade de vistoriar os veículos, sem que isso acarrete qualquer alteração no valor acordado.

## Apêndice B - Mapa de Riscos

**Objeto:** Contratação de serviços de seguro para cobertura de 121 veículos pertencentes à frota oficial do Ministério Público.

**Objetivo:** Identificar e classificar os riscos relacionados à contratação e execução dos serviços de seguro, bem como propor ações preventivas e medidas de resposta para sua mitigação.

Matriz de Riscos – Fase de Contratação e Execução do Seguro

nº	Risco	Parte	Consequências	Prob.	Impacto	Pontuação	Resposta ao Risco
----	-------	-------	---------------	-------	---------	-----------	-------------------



		Responsável	Causas Prováveis					Ações Mitigantes	Concretizado
1	Atraso na emissão das apólices	Fornecedor	Falhas administrativas do fornecedor	Veículos sem cobertura imediata	3	4	12	Exigir prazo contratual para emissão; penalidades em caso de descumprimento	Aplicar sanções contratuais; contratar apólices emergenciais
2	Cobertura insuficiente	Fornecedor	Erros na especificação das coberturas	Risco de perdas não indenizadas	2	5	10	Revisão técnica rigorosa do contrato antes da assinatura	Ajuste imediato da apólice; renegociação ou substituição do fornecedor
3	Falha na prestação de assistência 24h	Fornecedor	Insuficiência de estrutura operacional	Veículos e usuários desamparados	4	4	16	Exigir infraestrutura comprovada do fornecedor; previsão de penalidades	Notificação formal; substituição temporária por fornecedor alternativo
4	Reajustes abusivos de preço	Fornecedor	Negociação inadequada ou índices incorretos	Impacto financeiro ao contrato	3	3	9	Definir índices claros e previsão contratual para renegociação	Revisão contratual; suspensão de pagamentos
5	Inadequada gestão dos sinistros	Fornecedor	Atrasos ou falhas no processamento	Prejuízos ao órgão	3	5	15	Definir SLA (Service Level Agreement) para análise e resolução de sinistros	Aplicar multas contratuais; reconsideração ou cancelamento do contrato
6	Veículos fora da cobertura	MPRO	Falhas no registro de novos veículos	Ausência de proteção	2	4	8	Manter controle atualizado da frota; notificar o fornecedor regularmente	Inclusão retroativa mediante comunicação formal
7	Inadimplência contratual do fornecedor	Fornecedor	Problemas financeiros ou administrativos	Paralisação do serviço	2	5	10	Análise prévia de capacidade financeira; previsão de garantias contratuais	Execução da garantia; rescisão e nova contratação

Legenda:

Aspecto	Classificação
<b>Probabilidade:</b>	
1	Muito baixa
2	Baixa
3	Média
4	Alta
5	Muito alta
<b>Impacto:</b>	
1	Muito baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito alto
<b>Classificação de Risco:</b>	
Baixo	1 a 3
Médio	4 a 8
Alto	9 a 15
Extremo	16 a 25

ANEXO VI – Minuta do Contrato

Processo Licitatório nº 26/2025

Pregão Eletrônico nº 90020/2025

MINUTA CONTRATUAL

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ de nº 04.381.083/0001-67, situada na Av. Jamary, nº 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO, nesta capital, neste ato representado por seu Subprocurador-Geral de Justiça Administrativo, **(NOME)**, inscrita no CPF nº **\*\*\*.XXX.XXX-\*\***, no uso das atribuições que lhes confere a Portaria nº xxxxxxxx.

**CONTRATADA:** **(EMPRESA)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(CNPJ)**, situada à **(Rua), (nº), (bairro), (CEP), (Cidade/Estado)**, neste ato representada pelo Sr. **(nome/cargo)**, inscrito no CPF sob o **(nº)**, conforme documentos **(atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada)**.

Os Contratantes, por força do presente instrumento, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 19.25.110001003.0002891/2025-28** que deu origem a ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2025**, com fulcro no art. **115**, da Lei nº 14.133, de

2021, autorizado pela Autoridade Competente (XXX), regido pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto do presente TERMO DE CONTRATO a contratação de empresa prestadora de serviços de seguros para cobertura da frota do Ministério Público do Estado de Rondônia.

**1.2. Vinculação:** Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência/Projeto Básico e seus anexos (), o Edital de licitação (ou o ato que tiver autorizado a contratação direta), o disposto na proposta da CONTRATADA (xxx) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO**

**2.1.** As informações quanto as especificações do objeto, estão previstas no item 1 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**3.1.** O objeto da contratação deverá ser fornecido/executado no local, prazo e condições estabelecidas nos **item 5 do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

**4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução de como o objeto será fiscalizado constam nos **item 6 do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR**

**5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ xxx ( )**, que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento da contratação do objeto referido na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pelo CONTRATANTE.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas do presente processo correrão por conta dos recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMA	AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	NATUREZA DA DESPESA

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**7.1.** As informações quanto ao pagamento à contratada e demais condições a ele referentes a esse contrato estão previstas nos **item 7 do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**8.1.** A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo na forma do art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado via Sistema Estadual de Informação - SEI no prazo máximo de **05 (cinco) dias** após a notificação para assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Anexos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**8.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

**8.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**8.6.** É obrigação da contratada de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta.

**CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**9.1.** O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respeitando-se os demais preceitos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO**

**10.1.** A garantia do objeto contratual está prevista no **item 3.2 do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** A exigência quanto as Garantias Contratuais estão previstas no **item xxx do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**12.1.** Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a extinção do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e demais ordenamentos jurídicos, conforme estipulado no **item 6.6 do Termo de Referência.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1.** As condições de subcontratação estão previstas **item 4.6 do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

**14.1.** As Obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas nos itens **6.7, 6.7.1, 6.8 e 6.8.1 do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES**

**15.1.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156. I, II, III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021 e nas demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos **item 11.2 do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**16.1.** Os Acréscimo e Supressões contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e legislações pertinentes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REEQUILÍBRO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**17.1.** Em se tratando de reajuste e revisão contratual, a Contratada fica sujeita a atender as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e legislações pertinentes, conforme previsão contida no **item 6.5.2 do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**18.1.** A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

**19.1.** Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Após as assinaturas deste Contrato o CONTRATANTE providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo de outras publicações que o CONTRATANTE tenha como necessárias, conforme a Lei nº 14.133, de 2021 e subsidiariamente pelo Decreto Estadual nº 28.874/2024, no que couber, e desde que haja compatibilidade e ausência de norma conflitante do próprio MPRO, e legislações pertinentes.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO**

**21.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**23.1.** Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**23.2.** Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620, de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

**23.3.** Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.

Porto Velho, 26 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Lopes Nunes, Secretário-Geral**, em 28/08/2025, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mpro.mp.br/verifica.php> informando o código verificador **2142219** e o código CRC **5582A417**.